


SHEILA CRISTINI MINEIRO DA SILVA

**O SERVIÇO SOCIAL EM QUESTÃO:
elementos para uma melhor compreensão do Serviço Social e do
fazer profissional**


Prof.^a Krystyna Matos Costa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 14/07/2003

Florianópolis, 2003.

SHEILA CRISTINI MINEIRO DA SILVA

**O SERVIÇO SOCIAL EM QUESTÃO:
elementos para uma melhor compreensão do Serviço Social e do
fazer profissional**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Catarina como requisito
parcial para a obtenção do título de Bacharel
em Serviço Social.

Orientação: Rosana Carvalho Martinelli de
Freitas

Florianópolis, 2003.

Si381s

Silva, Sheila Cristini Mineiro da

O Serviço Social em questão: elementos para uma melhor compreensão do Serviço Social e do fazer profissional / Sheila Cristini Mineiro da Silva . – Florianópolis, 2003.

135f.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

1. Serviço Social em questão. 2. Serviço Social – elementos – compreensão. 3. Fazer profissional. 4. Serviço Social. I. Título

CDU: 364.01

SHEILA CRISTINI MINEIRO DA SILVA

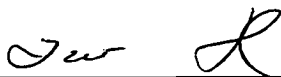
**O SERVIÇO SOCIAL EM QUESTÃO:
elementos para uma melhor compreensão do Serviço Social e do
fazer profissional**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do título de
BACHAREL EM SERVIÇO SOCIAL
e aprovada em sua forma final pelo Curso de Serviço Social da Universidade Federal
de Santa Catarina.
Florianópolis, 14 de julho de 2003.

Banca Examinadora:



Dr^a Rosana Carvalho Martinelli de Freitas
DSS/CSS/UFSC - Orientadora



Dr^a Ivete Simionatto
DSS/CSS/UFSC – Professora



Dirce Maria Martinello
Assistente Social

“Para garantir uma sintonia do Serviço Social com os os tempos atuais, é necessário romper com uma visão endógena, focalista, uma visão de dentro para fora do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos. Alargar os horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado, em suas relações com a sociedade; não para perder ou diluir as particularidades profissionais, mas ao contrário, para ilumina-las com maior nitidez.”

Beatriz Augusto de Paiva

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me deu a força necessária para cumprir o objetivo a que me propus.

Aos meus pais por serem vocês os meus pais, tanto nos momentos de insegurança como também nos mais felizes. Ao meu pai por ter ensinado-me um instrumento fundamental para exercer as ações do Serviço Social que é, saber escutar o outro. A minha mãe, pela ousadia, coragem e persistência que sempre me transmitiu. Aos meus irmãos, Charles e Chirley pela inteligência, colaboração e criatividade nesse e em todos os outros trabalhos. E a Carolzinha, pela tranquilidade que me transmite.

A Universidade Federal de Santa Catarina. A orientadora prof^a Rosana de Carvalho Martinelli Freitas, pelo acompanhamento pontual e competente na execução deste trabalho. Aos membros da banca, pela participação.

Aos colegas e amigos que me incentivaram durante esses quatro anos de estudo, gostaria de ressaltar a importância que cada um teve e tem na minha vida pessoal e profissional. Por questões objetivas sou abrigada apenas a nomear aqueles que mais diretamente participaram do meu crescimento: Carlota, Ediléia, Déa, Claudiane e Thyani.

Agradeço principalmente ao crescimento pessoal que cada um dentro de sua singularidade me proporcionou.

SILVA, Sheila Cristini Mineiro da. **O serviço Social em questão**: elementos para uma melhor compreensão do Serviço Social e do fazer profissional. 2003. 135f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

RESUMO

Esta monografia de caráter exploratório analisa as concepções do Serviço Social e os elementos que fazem parte do fazer profissional do assistente social. O objetivo geral deste trabalho é o de analisar as concepções do Serviço Social no quadro docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, identificando segundo estes, os objetivos, as ações, e os limites enfrentados pelos profissionais na contemporaneidade. Na primeira parte deste trabalho, aborda-se o Movimento de Reconceituação no Serviço Social, identificando o exercício profissional desde a implantação dessa profissão no Brasil, para poder compreender o momento e o porquê desse Movimento de Reconceituação. Na segunda parte do trabalho focaliza-se o Serviço Social, bem como as ações desenvolvidas por assistentes sociais na contemporaneidade, caracterizada como pós Movimento de Reconceituação. Na terceira parte apresenta-se a análise do questionário aplicado junto aos professores, e no final são encaminhadas algumas propostas para a continuidade desse estudo.

Palavras-chave: Serviço Social em questão, Serviço Social, Fazer Profissional, Serviço Social, Movimento de Reconceituação.

SUMÁRIO

	RESUMO.....	06
1	INTRODUÇÃO.....	08
2	MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL.....	15
2.1	Primeiro Momento – Pré Reconceituação.....	16
2.2	Segundo Momento – Reconceituação.....	26
3	O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE.....	38
3.1	O Estado brasileiro após o Movimento de Reconceituação no Serviço Social.....	39
3.2	A profissionalização.....	44
3.3	Atribuições destinadas ao assistente social na contemporaneidade.....	52
4	O SERVIÇO SOCIAL ATRAVÉS DO OLHAR DOS FORMADORES DE PROFISSIONAIS: metodologia da pesquisa.....	57
4.1	O que é o Serviço Social, seus objetivos e ações.....	58
4.2	Formação e construção da identidade profissional.....	68
4.3	Avanços e desafios que norteiam o fazer profissional.....	75
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
	REFERÊNCIAS.....	89
	APÊNDICES.....	94
	Apêndice A - Questionário.....	95
	ANEXOS.....	101
	Anexo A – Código de Ética de 1993.....	102
	Anexo B – Lei de Regulamentação da Profissão 8.662/93.....	109
	Anexo C – Endereços de Escolas de Pós-Graduação, Doutorado e Mestrado em Serviço Social.....	114
	Anexo D – Endereços de Revistas de Serviço Social.....	119

1 INTRODUÇÃO

Esta Monografia tem como proposta apresentar elementos para uma melhor compreensão do Serviço Social e do fazer profissional. O tema desta discussão é relevante, pois se observou na turma 99/2 diversas interrogações sobre o Serviço Social e também sobre as ações desenvolvidas pelos assistentes sociais.

Tal dificuldade salientava-se quando era nos feita à pergunta em sala de aula: O que é o Serviço Social? Nos primeiros momentos após a questão, um silêncio tomava conta dos alunos, no entanto seguiam-se algumas respostas vagas, como por exemplo: “o Serviço Social trabalha com políticas sociais”, “o Assistente Social é o executor de políticas sociais”, “trabalha-se na saúde, na educação, com idosos, com deficientes, nas empresas atuando no setor de recursos humanos”, etc. Porém, uma concepção clara e concreta sobre o que é o Serviço Social não aparecia nas respostas.

Analisa-se que, as unidades de ensino que formam assistentes sociais exercem um papel primordial na formação do aluno, mas será que o Curso de Graduação deve se preocupar em definir o que é o Serviço Social? Qual seria a importância desta resposta para a formação profissional?

Para Colmán (2002), os processos de trabalho nas organizações estão sofrendo intensas mudanças, no entanto, é fundamental para a sobrevivência no mercado de trabalho, que o assistente social tenha uma definição clara do que é essa profissão e para onde está caminhando.

No decorrer de sua história, para ser mais preciso a partir do Movimento de Reconceituação, o Serviço Social segundo Colmán (2002), vem-se consolidando como uma profissão que dialoga com as demais áreas de conhecimento, conquista espaços efetivos nos setores de planejamento, administração, execução, assessoria e pesquisa, tanto em áreas sociais, quanto nos demais. Sendo assim, o Serviço Social na atualidade está buscando teórica e metodologicamente trabalhar a questão social, propondo alternativas para a realidade, a qual exige profissionais cada vez mais dinâmicos e habilitados para intervir junto às desigualdades sociais, decorrentes da questão social como um todo.

É relevante no entanto, buscar elementos que possam contribuir para o entendimento de concepções sobre o Serviço Social, como por exemplo: O que é a profissão? Quem atribui suas ações? Para quem são destinadas suas ações? Objetivos e Desafios? Tendo como propósito, fixar-se no mercado de trabalho como profissionais que possuem clareza em torno de sua profissão.

Sendo assim, a análise sobre o Serviço Social realizada por IAMAMOTO (1997), deixa clara a importância de conhecer e, principalmente de aprender o exercício da profissão para exercê-la, poder atuar e atender as demandas da profissão.

Ao levantar títulos de Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, do ano de 1980 até o ano de 2002, constatou-se uma produção de 2.263 títulos. Sendo que, os acadêmicos desenvolveram 2.122 trabalhos relacionados exclusivamente aos seus campos de estágio, apresentando a ação profissional dentro da prática de estágio vivenciada. Já, 120 trabalhos não aparecem nesta análise por não constar o ano de suas publicações na lista de títulos de Monografia do Curso de Serviço Social. Onze

trabalhos apresentados desenvolveram seus estudos sobre um instrumento de trabalho (entrevista, diálogo, etc) do Assistente Social, tendo assim, apenas 10 títulos abordam elementos que podem contribuir para uma melhor compreensão do Serviço Social e do fazer profissional. Destes 10 títulos levantados, foi possível ter acesso a apenas 03 trabalhos, o motivo da ausência dos outros 07 trabalhos diz respeito a empréstimos e também extravio dos mesmos.

Ao analisar os três trabalhos percebeu-se que:

- ⇒ A acadêmica Neves (1983), aborda em seu trabalho "Supervisão: fator de crescimento profissional em Serviço Social", as atividades de supervisão no Serviço Social, pretendendo desta forma, contribuir para a difusão do significado da supervisão como fator de crescimento profissional. No entanto, o trabalho deu ênfase a análise da pedagogia do Serviço Social;
- ⇒ No trabalho da acadêmica Farias (1998) "Serviço Social e Recursos Humanos: uma nova perspectiva de intervenção", observa-se uma análise do profissional dentro do departamento de recursos humanos, salientando a importância destes ao atuar numa empresa; e
- ⇒ O trabalho da acadêmica Espíndola (1999) "As transformações no mundo do trabalho e os novos desafios para o Serviço Social", consiste em uma experiência vivenciada em seu estágio, na Gerência de Recursos Humanos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, a qual tratou das transformações no mundo do trabalho e também dos novos desafios ~~para o~~ Serviço Social.

Após a leitura desses trabalhos, verificou-se que as discussões sobre o Serviço Social e o fazer profissional foram escritas de forma sucinta, as acadêmicas

proporcionaram uma maior atenção ao campo de estágio e a prática vivenciada no mesmo.

Desta forma, torna-se evidente a necessidade de recuperar concepções no que se refere ao Serviço Social e ao fazer profissional, com o intuito de melhor se apreender a ação do Assistente Social dentro da contemporaneidade, para buscar responder as interrogações anteriormente apontadas.

As respostas às estas questões poderão contribuir para uma melhor compreensão do Serviço Social na sociedade brasileira na contemporaneidade. Considera-se ainda relevante à realização deste trabalho, o fato de que o Movimento de Reconceituação no Serviço Social surge num contexto que é marcado por grandes mudanças na vida social, econômica, política e cultural brasileira, onde os profissionais de Serviço Social se sentiam frustrados pelas incapacidades de atender as demandas sociais. Associava-se a este fato a falta de conhecimento da profissão, por ser a atividade identificada com práticas assistencialistas e paternalistas. No entanto, observa-se também na atualidade um sentimento de inexistência de concepções sobre o exercício concreto do Serviço Social.

Sendo a pesquisa a produção teórica da área, diante de revistas, artigos, documentos, Trabalhos de Conclusão de Curso e livros, torna-se fundamental para que se possa ter entendimento e compreensões sobre os objetivos, ações e desafios no Serviço Social .

Segundo Iamamoto (1997), o aperfeiçoamento da prática profissional precisa de pesquisadores que formulem pesquisa em Serviço Social, pois ao demonstrar um conhecimento da produção teórica e científica na área, essa ação proporcionará condições básicas à elevação do nível de qualidade da formação acadêmica.

Tem-se como objetivo geral deste trabalho, analisar as concepções do Serviço Social no quadro docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, identificando segundo estes, os objetivos, as ações, e os limites enfrentados pelos profissionais na contemporaneidade. E, entre seus objetivos específicos pretende: 1)recuperar a história do Serviço Social focalizando o Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil; e através da ótica dos professores do Curso de Serviço Social da UFSC buscará: 2)levantar concepções sobre o Serviço Social e o seu fazer profissional; 3)identificar áreas de atuação profissional; 4)apresentar avanços e desafios dos assistentes sociais; e 5)ampliar a compreensão dos acadêmicos do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, sobre a profissão de assistente social, agregando valor e informação de forma continuada e que possam ser aplicadas.

Sendo assim, a pesquisa foi desenvolvida dentro de um caráter exploratório, devido ao fato de, a interpretação de fenômenos e atribuição de significado ser difícil de traduzir em números. Segundo Gil (1995), este tipo de pesquisa visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário. A escolha do instrumento de pesquisa se deu pelo fato que o questionário tem formas de classificação derivadas de teorias de reconhecido valor, é menos provável que a interpretação dos dados envolva julgamentos implícitos, preconceitos, intuições ou opiniões de senso comum. (GIL, 1996).

Para uma melhor visualização a pesquisa foi descrita em três partes, onde estão sendo contemplados os objetivos traçados. O desenvolvimento deste trabalho inicialmente ocorreu através do levantamento dos dados bibliográficos,

que se fez através de literaturas e textos que tratavam da questão profissional do Serviço Social, os quais deram os subsídios teóricos à construção da pesquisa.

Dando continuidade a esse processo, foi construído um questionário (Apêndice A) e posteriormente o mesmo foi aplicado. As questões foram abertas, com o objetivo de atingir respostas diversas sobre o assunto exposto. Foram aplicados vinte e sete (27) questionários aos docentes, que fazem parte do quadro do Departamento do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, por serem esses, uma das referências pela formação profissional dos alunos que fazem parte desta Instituição. Sendo que, desses vinte e sete (27) professores, treze (13) são professores substitutos.

Na primeira parte da pesquisa, trabalhou a história do Serviço Social, dentro de dois itens: 1) o primeiro item deste título apresenta o período denominado de pré Reconceituação no Serviço Social; 2) o segundo item focaliza o momento do Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil, dando ênfase na ruptura de um período para o outro.

Na segunda parte foi recuperado o período denominado de pós Movimento de Reconceituação no Serviço Social, isto é, foi focalizado o Serviço Social na contemporaneidade. Este se apresenta dentro de três itens: 1) o Estado brasileiro após o Movimento de Reconceituação no Serviço Social; 2) as questões inerentes à profissionalização do assistente social; 3) as atribuições destinadas ao assistente social na contemporaneidade.

A terceira e última parte deste estudo, apresenta-se a análise do questionário aplicado, dentro de três itens que apresentaram concepções do Serviço Social através do olhar dos formadores dos profissionais, sendo eles: 1) informações sobre o que é o Serviço Social, seus objetivos e suas ações; 2) elementos referentes à

formação e a construção da identidade profissional do assistente social; 3) os avanços e os desafios que norteiam o fazer profissional.

Ao final são realizadas algumas considerações e propostas que foram elaboradas com o intuito de colaborar com o aprendizado sobre o Serviço Social.

2 MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL

“...o processo de Reconceituação do Serviço Social (...) implica a busca de novas formas de atuação a partir de sua própria prática limitada”. (FALEIROS, 1979)

Para uma maior compreensão das mudanças ocorridas no interior da prática do Serviço Social no Brasil, buscou-se neste capítulo transcrever dentro de dois itens, dados que pudessem facilitar o entendimento sobre o Serviço Social antes e durante o Movimento de Reconceituação.

Sendo assim, no primeiro item deste capítulo denominado de Pré Reconceituação no Serviço Social, através de um breve relato será apresentado o surgimento do Serviço Social no Brasil, bem como, as primeiras Escolas, os limites e, principalmente os objetivos das ações realizadas pelos assistentes sociais.

O segundo item deste capítulo transcreverá o momento do Movimento de Reconceituação no Serviço Social, o por que da ruptura, os objetivos, os avanços e os desafios enfrentados no interior da categoria profissional, para que essa mudança pudesse ocorrer.

2.1 Primeiro Momento – Pré Reconceituação no Serviço Social

Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulando à necessidade de formação doutrinária a social, para uma presença mais ativa da Igreja Católica.

O surgimento do Serviço Social está relacionado com as transformações sociais e econômicas e teve como cenário as inquietudes sociais que surgiram do capitalismo. Conforme Estevão (1984, p.8), o Serviço Social é fruto da união que ocorreu entre a cidade e a indústria.

A implantação do Serviço Social se dá a partir da iniciativa particular de vários grupos de classes dominantes, e que tem na Igreja Católica sua porta voz.

No período de 1930 o pensamento dominante era de que os problemas sociais decorrentes da má distribuição de renda seriam resolvidos através da organização de Serviços Sociais, como saúde pública, assistência ao menor, seguro social (aposentadoria, pensão, ensino, lazer, abrigos, etc) prestados pela Previdência e Assistência Social. O Serviço Social emergiu no Brasil em um momento em que os conflitos, as contradições e as tensões de classe explodiam com força, obrigando a classe dominante a se posicionar, buscando soluções para conter o proletariado. Os aspectos do fortalecimento do Serviço Social ao nível da formação social brasileira apresentaram-se a partir da secularização do Estado e do processo de industrialização e da legislação social outorgada pelo Estado neste mesmo período.

Segundo Backx (1994), a fundação das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil é marco significativo, à medida que elas representam um novo patamar de institucionalização e de reprodução mais sistemática da profissão. O marco inicial é representado pela criação da Escola de Serviço Social de São Paulo (1936) e do Instituto de Educação Familiar e Social no Rio de Janeiro (1937), tendo como promotora na implantação destas duas escolas, a participação significativa da Igreja Católica no processo de emergência do Serviço Social .

Os Assistentes Sociais seriam os profissionais que trabalhariam as Ações Sociais desenvolvidas pela Igreja e pelo Estado. O objetivo principal destes profissionais estava vinculado ao controle social da população pauperizada.

Para Backx (1994, p.19),

“Na perspectiva da historiografia profissional mais clássica, as origens da profissão foram remetidas, prioritariamente, à determinação da Igreja Católica em fazer avançar seu projeto de recristianização da sociedade, através da ampliação e modernização de seu tradicional papel na área da assistência. Essa vertente é inicialmente reconstituída pelos assistentes sociais diplomados pelas escolas fundadas sob o patrocínio da Igreja. Compreende-se, então, a reconstituição histórica da profissão permeada por vivências pessoais e profissionais desse grupo e com análise que não pudessem ultrapassar determinados limites, impostos por esse próprio contexto de produção”.

Conforme Iamamoto e Carvalho (1991, p.97) a revisão da trajetória do Serviço Social no Brasil conduz a afirmar que,

“considerando o antagonismo da relação capital e trabalho, a tendência predominante, no que se refere à inserção da profissão na sociedade, vem sendo historicamente, o reforço dos mecanismos do poder econômico, político e ideológico, no sentido de subordinar a população trabalhadora às diretrizes das classes dominantes em contraposição à sua organização livre e independente. Tal subordinação é mediatizada pela integração da “clientela” aos aparatos institucionais através dos quais se exerce o controle social, tomando-se esse profissional assalariado um agente auxiliar a serviço da racionalização de serviços prestados por essas organizações e intermediário entre elas e a população”.

Contudo, o trabalho realizado pelos Assistentes Sociais tinha um dever de ajustamento do indivíduo ao meio, na tentativa de consertar as diferentes

deficiências decorrentes de circunstâncias pessoais, além de desenvolver um trabalho de recristianização das famílias operárias.

Neste contexto, o Estado aparece como o benfeitor, isto é, suas ações estão voltadas para o bem estar dos cidadãos. Segundo Yamamoto e Carvalho (1991), o Estado se considera o guardião da justiça e da paz social, é o detentor de uma ética e de uma vontade supraclases, é o representante dos interesses gerais da sociedade. O Estado está “tecnicamente armado para administrar os conflitos e problemas sociais, a serviço do povo”.

As organizações de trabalho e produção requerem que o agir profissional dos Assistentes Sociais, não passem apenas por um controle do trabalhador no interior das fábricas, mas sim implica também no seu exercício profissional, adaptar o modo de vida e os métodos do trabalho industrial junto com o trabalhador e seus familiares. Isto é, o capital busca estabelecer meios de tutela e normatização da vida do trabalhador fora da fábrica, invadindo sua vida privada.

Sendo assim, salienta Estevão (1984, p.31), o Serviço Social começa sua existência tratando os problemas sociais de forma individual através do atendimento de casos. A pessoa portadora de um problema social era individualizada e vista como um “caso social” que precisava de tratamento por não estar devidamente ajustada às estruturas sociais vigentes. Esta forma de intervenção do Serviço Social tinha influência européia com bases franco-Belgas.

Segundo esse mesmo autor, com a entrada da influência norte americana (Estados Unidos e Canadá), principalmente na década de 30 e metade da década de 40, o processo de consolidação institucional da profissão a obriga a aperfeiçoar seu instrumental operativo com padrões de eficiência que dessem suporte técnico à ação profissional. O novo relacionamento Brasil-Estados Unidos, durante e após a

Grande Guerra Mundial (1939 – 1945), por conta de interesses econômicos e conveniências políticas, foi determinante para a mudança do referencial teórico e metodológico da profissão.

Salienta Backx (1994), no Estado do Rio de Janeiro no período compreendido entre 1936 e 1947 surgem mais cinco Escolas de Serviço Social criadas por intermédio de iniciativas diferenciadas, são elas: Escola Técnica de Assistência Social (1938), Curso de Serviço Social da Escola Anna Nery (1940), Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth (1944), Escola de Serviço Social das Faculdades Católicas (1944) e a Escola de Serviço Social de Niterói (1945). Também, nesse período nasceram como entidades profissionais a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS, em 1945) e a Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS, em 1946) e, no ano de 1947 é formulado o primeiro Código de Ética do Serviço Social.

No entanto, as Escolas de Serviço Social no Brasil são reconhecidas pelo Governo Federal, somente em 13 de junho de 1953, através da Lei nº 1.889. A partir de então, através da Lei nº 3.252 de 27 de agosto de 1957 é regulamentado o exercício da profissão de assistente social no Brasil. Sendo que, os assistentes sociais têm como atribuições: direção de escolas de Serviço Social, ensino das cadeiras ou disciplinas de Serviço Social, direção e execução do Serviço Social em estabelecimentos públicos e particulares, e a aplicação dos métodos e técnicas específicas do Serviço Social na solução de problemas sociais.

O Serviço Social surge como sendo um instrumento de controle que participou da reprodução do modo de vida burguês.

Conforme Backx (1994),

“As estratégias de controle social desse período, formais ou informais, estiveram, sem sombra de dúvida, carregadas de uma significação simbólica, dissimuladora das relações sociais efetivas,

produzindo e conferindo um novo sentido aos vários aspectos da vida social. O discurso produzido pelo regime, por seus aparelhos e pelos vários instrumentos de controle social revela-se como uma instância da prática social e ideológica. Obviamente, essa prática ideológica se fez acompanhar da prática material, sem a qual a ideologia não poderia se sustentar”.

Segundo Blanco (2003), as ações de intervenção do Serviço Social eram trabalhada sobre a ótica dos três métodos clássicos, que são: **Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade**, sendo que, o Serviço Social tinha suas ações baseadas no modelo médico: Estudo – Diagnóstico – Tratamento, as categorias que fundamentavam este trabalho estavam baseadas na beneficência e na filantropia. A prática nesta etapa era “para-médica y/o para-jurídica”, com uma visão benéfica assistencial, isto é, o assistente social era apenas um técnico, executor das obras de caridade. Os problemas sociais eram tratados como sendo problemas individuais, sem nenhuma ligação com as estruturas globais da sociedade.

Segundo Ribeiro (1997)¹, o objetivo do **Serviço Social de Casos** era o de *conseguir mudanças na personalidade do cliente, a partir de novas atitudes e comportamentos. As pessoas eram vistas como um elemento que deveria ser trabalhado, no sentido de ajustá-lo ao meio social, fazendo-o cumprir o seu “papel social” na sociedade.*

Ribeiro (1997) coloca também que, *nos primeiros momentos de ação do Serviço Social de Casos, ele pode ser identificado em três fases: estudo diagnóstico e tratamento. Porém no decorrer de seu aperfeiçoamento ele passou a ser identificado a partir de duas fases: diagnóstico e intervenção.*

- *A primeira fase - diagnóstico: destinava-se a coleta e análise dos dados relacionados com a situação-problema e do cliente, visando*

¹ Comentários extraídos das aulas de DSS5104 – Teoria Metodológica I, ministrada pela professora Edaléa Maria Ribeiro (1997).

chegar a uma conclusão ou avaliação da problemática. O processo do diagnóstico baseava-se em dois campos: constatação e compreensão. O campo de constatação referia-se ao estudo, levantamento ou coleta de dados e informações sobre a situação do cliente e a natureza do problema. E o campo da compreensão referia-se ao diagnóstico propriamente dito, era a síntese dos dados coletados pelo estudo psicossocial e que explicam a situação social-problema, para que o Assistente Social ajudasse o cliente, a partir da compreensão do problema.

- *A segunda fase – **intervenção**: abrangia as atividades do Assistente Social e do cliente com a meta de resolver a problemática: definição dos objetivos, planejamento, execução e avaliação dos resultados. A **ação interventiva** passava por cinco campos propriamente ditos: intervenção psicossocial, modelo solução de problema, intervenção em tempo de crise, intervenção direta – prestação de serviços concretos, intervenção indireta – modificação de ambiente e o campo da descoberta de casos sociais.*

*Salienta Ribeiro (1997) que, a utilização do **Serviço Social de Grupo** baseava-se na perspectiva educacional, com ênfase na liderança, na tomada de decisões e na questão psicossocial. Os objetivos do Serviço Social de Grupo era o de levar aos clientes a se auto desenvolverem, por meio da aquisição de habilidades que permitissem desempenhar, com sucesso, o papel que a sociedade lhe determina e se ajustarem às normas e valores morais vigentes naquele contexto.*

*O **Serviço Social de Comunidade** tinha por objetivo algo semelhante aos demais processos, isto é, o ajustamento social do indivíduo e a adaptação desse na*

sociedade, ao mesmo tempo em que realizava um trabalho assistencial, orientado por princípios moralistas e religiosos, junto as populações carentes, de pequenas áreas. O referencial teórico utilizado pelo Serviço Social em Comunidade para um trabalho eficiente implicava, em um conjunto de conhecimentos que possibilitassem conhecer a comunidade, compreender a situação-problema e intervir .(Ribeiro, 1997)

Para Ribeiro (1997), os procedimentos metodológicos no **Serviço Social de comunidade** passavam por três fases: **Constatação** (estudo), **explicação e compreensão** (diagnóstico) e a fase de **intervenção**.

- A fase de **constatação**: referia-se ao estudo psicossocial da comunidade, isto é, identificava os sistemas de relações entre pessoas e entre grupos, descobria as experiências anteriores em trabalhos em conjunto, avaliava os graus e tipos de participação das pessoas e dos grupos chamados a colaborar em projetos e/ou em programas e, tinha também que medir as resistências quanto às mudanças. As técnicas que permitiam os Assistente Sociais formar opinião e traçar um plano de trabalho com as comunidades eram os de: documentação (estatísticas, histórico da comunidade, arquivos públicos e privados, imprensa, estudos e pesquisas realizadas, literatura e arte local e folclórica, etc), técnicas individuais (entrevistas com pessoas do local, com questionários pré-estabelecidos) e técnicas de observação (observar os grupos e indivíduos agindo e reagindo uns com os outros).
- A fase de **explicação e compreensão** (diagnóstico): representava a análise das carências e problemas em suas correlações e conseqüências, no confronto da situação dos indicadores de nível de

vida na comunidade com os padrões médios da região ou do país, na avaliação do grau de consciência da comunidade em relação a suas necessidades e dos seus critérios de prioridade para o atendimento dessas necessidades, da capacidade ociosa dos recursos existentes e do potencial a ser aproveitado, bem como, no balanço sobre a ajuda específica que a organização promotora do programa poderia oferecer.

- *Na fase de **intervenção** : uma vez que era diagnosticado, iniciava-se a fase da intervenção profissional, que se divide em planejamento, maneira pela qual o Assistente Social levava a comunidade a escolher uma solução e tomar as providências (divulgação e interpretação dos dados coletados, exame das diversas hipóteses, escolha de uma delas, sugestões quanto à ação futura e determinação e distribuição de tarefas) e execução, esta deveria ser realizada pelos próprios interessados, para que os efeitos fossem permanentes, a execução se processava através de grupos ou de comissões designadas pra exercer as diferentes tarefas. Sendo a execução confiada aos próprios interessados, depois de um planejamento cuidadoso em conjunto, não se torna necessário o investimento de grande importância em dinheiro, à comunidade deverá encontrar os recursos necessários.*

Salienta Estevão (1984, p.31), no começo da década de 60 os Assistentes Sociais assumem uma postura desenvolvimentista², e sua atuação ao tornar-se mais técnica, apresentava sua fundamentação na busca da neutralidade, frieza e

² A postura desenvolvimentista examinava a posição dos países do chamado Terceiro Mundo em termos de transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna. As idéias desenvolvimentistas, visavam tirar os países da América Latina do atraso, trazendo-os então para a modernidade capitalista, fazer um esforço conjunto povo-governo para promover o progresso de cinquenta anos em cinco. (Estevão, 1984).

distanciamento em relação aos problemas tratados e no aprimoramento dos métodos. A emergência da problemática do desenvolvimento influenciou os projetos profissionais do Serviço Social, por esse entender que sua prática estava em volta de uma técnica que deveria contribuir, e por compreender que tinha todas as condições para atuar no processo geral do desenvolvimento econômico e social do país.

Conforme Estevão (1984, p.30),

“Assim, na década de 60, o Serviço Social se expande ao assumir as propostas desenvolvimentistas, também em plena expansão nos países latino-americanos; propostas estas levadas a efeito no Brasil pelos governos de Juscelino e Jânio Quadros. Como a sociedade tende a se modernizar, o Serviço Social também se moderniza. As funções profissionais também se expandem. No Brasil falava-se muito em despertar o gigante adormecido que, uma vez acordado, traria a prosperidade, a paz, elevando-se o nível de vida do povo e o produto interno bruto. Para despertar o gigante, é necessário industrializar o país a toque de caixa. Se para isso é necessário capital estrangeiro, não tem importância. A meta prioritária do governo passa a ser o homem, não somente o crescimento econômico em si mesmo; assim se passava pelo menos no nível do discurso janista e assistente social sempre gostou de boas intenções. Neste momento, as” assistentes sociais se propõem a aceitar o desafio de sua participação no novo Projeto desenvolvimentista exigem posições e funções, e avaliam as forma para preparar-se para desempenhá-las a contento”.

A partir do momento que os assistentes sociais começam a exercer sua prática dentro da perspectiva desenvolvimentista e comunitária surgem questões que fazem pensar no exercício profissional. Salientava-se, que era impossível trabalhar dentro da realidade local, tentando responder aos desafios próprios desta realidade, com métodos e técnicas, mais elaborados e, também era difícil ser um profissional neutro, aplicando métodos e técnicas de forma fria e descomprometida, dentro de uma realidade que mostrava problemas sociais tão graves e tão humanos.

O fazer profissional dos assistentes sociais estava vinculado aos interesses burgueses. Ao trabalhar nas Instituições públicas significava fazer o jogo do sistema,

ao trabalhar nas indústrias estava defendendo os interesses do patrão perante seus operários e ao distribuir ajuda material estava sendo paternalista e assistencialista.

Segundo Iamamoto (1997, p.32), as novas demandas que o capitalismo monopolista apresentava aos profissionais de Serviço Social, dizia respeito às mudanças em seus discursos, métodos de ação e no projeto de prática profissional, diante das novas estratégias de controle e repressão da classe trabalhadora, efetivadas pelo Estado e pelo grande capital. Sendo assim, o Serviço Social precisava aperfeiçoar o instrumental operativo, com as metodologias de ação, com a busca de padrões de eficiência, a sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento, ou seja, o exercício profissional necessitava de suporte técnico para por em prática a ação profissional.

Para Estevão (1984, p.37), a partir de 1965 começa a se questionar entre os profissionais de Serviço Social a presença da neutralidade em suas posições e à importância de compreender e criar novos métodos para o exercício profissional.

Conforme Blanco (2003, p. 14),

"Por muchos años, el Servicio Social Latinoamericano, estuvo en esta paz imitadora, aséptica en lo ideológico y estéril en los resultados. La realidad social, sacudió la placidez profesional a mediados de lo 60, y surge un proceso de renovación y ruptura con estas concepciones tradicionales del Trabajo Social, que poco a poco se extiende por todo el continente. Este proceso se torna moda avasallante, entrando en la riesgosa <<sloganitis>>, vaciándose e menudo de su significación profunda y radical para la acción profesional. Pero lo cierto es, que el Servicio Social Latinoamericano tuvo un despertar crítico, que se ha denominado la reconceptualización de Servicio Social".

O Movimento de Reconceitualização do Serviço Social no Brasil estava vinculado ao processo de modernização, onde buscou atender as novas exigências que estavam aparecendo na sociedade e, tinha por objetivo procurar novos conceitos, crenças, bases teóricas e espaços profissionais.

2.2 Segundo Momento – Reconceituação no Serviço Social

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social, surgiu no interior da profissão a partir de um esforço que buscava o desenvolvimento de propostas de ação profissional, e ao mesmo tempo se configurava como um processo amplo de questionamentos e reflexões críticas a respeito da profissão. A necessidade de ruptura com o caráter conservador que deu origem à profissão, estava calcado nas exigências e na necessidade de construção de uma nova proposta de ação profissional, tendo em vista as demandas e os interesses dos setores populares.

Para Blanco (2003),

“La reconceptualización del Servicio Social se explica por la confluencia de factores exteriores, sintentizables em el reto de uma realidad social em crisis, que motivo y origino este proceso. Así, la reconceptualización responde a uma espécie de inevitabilidad a la que empuja una América Latina bullente de angustias y esperanzas para lograr su liberación”.

Para Silva (2002), a realidade brasileira no período de 1964 a 1985, momento do Movimento da Reconceituação do Serviço Social, passava por um processo bastante demarcado. Destacando-se os momentos :

⇒ de 1964 a 1968: definição das bases do Estado de Segurança Nacional, a formulação de novos mecanismos de controle e a reforma constitucional, a institucionalização do novo Estado e sua grande crise em 1967-1968. Nesse momento o Serviço Social é bastante marcado em suas perspectivas e possibilidades de avanços críticos. A uma marcante movimentação em torno da perspectiva de mudança social, a qual se expressa por uma consciência clara sobre a situação de

subdesenvolvimento, dependência, dominação e opressão vivida pela classe operária;

- ⇒ de 1969 a 1974: o período mais rígido da ditadura militar, este é marcado profundamente pela repressão aos setores populares organizados. A formação profissional do assistente social busca a eficiência e a modernização de suas ações.
- ⇒ De 1974 a 1985: da distensão à retirada dos militares da cena política, como autores de frente. Alguns setores da categoria profissional colocam a perspectiva de o Serviço Social aprofundar uma prática que se pauta pela busca de apoio aos interesses dos segmentos explorados, que constituem a base de sua clientela. É também nesse período, que os assistentes sociais aprofundam em sua prática profissional o debate sobre o caráter político.

Conforme Silva (2002), o Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil pode ser identificado em dois planos ou níveis de reflexão. O primeiro focaliza um sentido estrito da Reconceituação, isto é, pode ser caracterizado como um movimento específico, contextualizado num momento histórico. Já no segundo plano percebe-se, o Movimento de Reconceituação num sentido amplo, como sendo este um processo permanente de construção de proposta profissionais em respostas às exigências do processo social.

Segundo Iamamoto (1997, p.37),

“A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. Não se reduz a um movimento interno da profissão. Faz parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a relação de forças entre as classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a

responsabilidade da categoria pelo rumo dado às suas atividades e pela forma de conduzi-las.”

De acordo com Melo (2003), após o Golpe Militar de abril de 1964, instaurou-se no Brasil a ditadura, abafando todas as oposições contrárias ao regime. Os fundamentos do novo regime político em implantação no país foram buscados na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, vinculada a teorias geopolíticas, ao antimarxismo e ao pensamento católico de tendência conservadora. Sendo assim, esse novo regime desmobilizou os movimentos políticos emergentes durante o período populista, onde junto aos quais atuavam segmentos da categoria dos assistentes sociais, numa perspectiva norteada pela busca de construção de um compromisso explícito do Serviço Social com os interesses oriundos dos setores populares.

O período da ditadura militar (1964) é marcado profundamente pela repressão aos setores populares organizados e aqueles considerados inimigos do novo regime, com abertura de espaço para os conservadores.

O modelo econômico e político adotado, pressupondo controle da sociedade nesse período, fazem com que o País viva uma fase de crescimento acelerado do Produto Interno Bruto (PIB), marcando um período de intermitência do crescimento, como sendo uma das marcas características do capitalismo. No entanto, diante do quadro moldado na sociedade brasileira, surgiu o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, sendo este contrário ao Serviço Social tradicional e conservador de caráter eminentemente positivista.

Salienta Netto (1991, p.177), o Movimento de Reconceituação, com a implantação do regime Militar no Brasil, não tinha meios de evoluir qualitativamente, uma vez que, todas as manifestações e críticas de caráter social, político e

econômico estavam proibidas, restando apenas os questionamentos internos, inerentes à realidade da profissão.

O espaço de atuação profissional dos assistentes sociais nesse período, foi o de execução das políticas sociais em expansão, tendo como principal função eliminar a resistência cultural às inovações, enquanto obstáculos ao crescimento econômico, bem como, integrar as populações aos programas de desenvolvimento.

A intervenção na área social era controlada pelo Estado, onde se verifica que a relação capital-trabalho era profundamente vigiada, para que se pudesse reprimir qualquer tipo de ação e transformação das classes populares.

Conforme Lima (1982, p. 131),

“O quadro conjuntural da sociedade brasileira no regime militar, e a tendência assumida pela política social, no bojo dessa conjuntura, colocam para a prática do Serviço Social, no Brasil, num primeiro momento, uma tendência modernizadora que buscava o avanço técnico da profissão com vistas a assumir, com eficiência, uma ação profissional moderna. Essa tendência é apontada por vários autores como o momento inicial do Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil”.

O pensamento de renovação profissional que se articulou no Brasil, surgiu a partir de temáticas que levantavam questões sobre concepções de sociedade e desenvolvimento, bem como, concepções de Estado e das ações profissionais, procurando com isso, explicitar as formas de relação do Serviço Social com a sociedade.

Lima (1982) identifica que o movimento de ruptura foi um núcleo que ganhou corpo e se explicitou no âmbito de um movimento profissional que vinha caminhando de forma articulada em dois sentidos: na linha horizontal, onde buscava ganhar a adesão profissional e reverter à direção política da prática, e na linha vertical, onde tentava aprofundar a ligação profissional com as classes populares, operando concretamente a reversão.

Sendo assim, Melo (2003) salienta que a intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional começou a ocorrer no seio universitário no início dos anos de 1970, tendo como seu pólo principal a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, responsável pela formação do Método Belo Horizonte – BH³, é nesse espaço que a perspectiva renovadora da profissão se destaca originalmente no Brasil.

A produção teórica do Serviço Social entre os anos de 1960 e 1970 foi qualitativamente e quantitativamente importante para a formação de assistentes sociais, pois a profissão passou a ser pautada pela busca da eficiência e da modernização. Conforme sustenta Lima (1982), o planejamento, a coordenação e a administração passam a desempenhar um papel fundamental, aliado ao esforço de capacitação profissional para uma atuação em nível macro e para participação em equipes interprofissionais.

Destaca-se como um primeiro Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil os encontros de Araxá⁴ (1967) e Teresópolis⁵ (1970), os quais marcaram o esforço da categoria profissional em torno da sistematização teórico-prática do Serviço Social, isto é, estes dois encontros significaram a consolidação da proposta modernizadora para a profissão. Seguindo então para o Encontro de Sumaré (1978) o qual tratou de evidenciar o caráter científico do Serviço Social.

Pode-se identificar segundo Pontes (1995, p.18-19) que,

“no percurso histórico da profissão a construção de inúmeros quadros teóricos de referência, resultantes do processo histórico-concreto, como por exemplo: o modelo clássico de Mary Richmond; o modelo psicologista; o modelo tradicional funcionalista; a perspectiva modernizadora do estrutural-funcionalismo (modelo sistêmico) inserido no estilo de pensar positivista; a perspectiva fenomenológica e a vertente de

³ Primeira formulação brasileira da intenção de ruptura: uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo profissional (PAULO NETTO, 1991, p.86).

⁴ Seminário realizado em Araxá – MG sobre ‘Teorização do Serviço Social’ (CBCISS, 1986, p.08)

⁵ Encontro de teorização realizado na cidade de Teresópolis – RJ sobre a ‘Metodologia do Serviço Social’ (CBCISS, 1986, p.08)

inspiração marxista. Trata-se de elaborações que foram intrinsecamente demandadas pelas próprias necessidades decorrentes da prática social, que traduzem uma busca cada vez mais intensa e diversificada por 'paradigmas' e referências teóricas, capazes de clarificar e sustentar caminhos para a intervenção profissional e sua auto representação".

No entanto, vale destacar que no decorrer do ano de 1960 o Serviço Social brasileiro teve um primeiro contato com a corrente marxista⁶. "Nesse primeiro momento o marxismo é norteado basicamente sem a referência direta à teoria social de Marx" (Netto, 1991, p.86).

A relação do Serviço Social com a corrente marxista emergiu a partir do ano de 1980, onde se estabeleceu uma relação entre a profissão e a linha marxista centrada nos clássicos, na essência do pensamento de Marx.

Segundo Melo (2003),

"a relação entre o Serviço Social brasileiro e o marxismo contribuiu para:
 1.a ampliação do universo temático do debate profissional, com a introdução de discussões acerca do Estado, das classes e dos movimentos sociais, das políticas e dos serviços sociais, da assistência;
 2.o desvelamento crítico do lastro conservador (teórico e prático) do Serviço Social;
 3.o reconhecimento da necessidade de explicitar, com máxima clareza, as determinações sócio-políticas das práticas profissionais;
 4.a ênfase na análise histórica – crítica da evolução do Serviço Social no país.
 A década de 80 foi marcada pela renovação do Serviço Social brasileiro em bases marxistas, destacando-se pela primeira vez no universo profissional".

O percurso do Serviço Social no Brasil no período de 1974 a 1985, configuraram-se numa intensa movimentação dos assistentes sociais que repercutiram profundamente nas três dimensões constitutivas da profissão, representadas pela dimensão **político-organizativa**, pela dimensão **acadêmica** e também, pela dimensão da **intervenção profissional**, no nível dos organismos da política social, das empresas privadas e dos movimentos sociais.

⁶ A corrente marxista procura analisar a sociedade na sua totalidade, ou seja, analisa a maneira que o homem se relaciona nela. A principal teoria de Marx é entender os fatos a partir de como a sociedade se transforma.(IAMAMOTO, 2001).

Conforme Faleiros (1997), o Movimento de Reconceituação levantava como um dos problemas centrais, a construção de conhecimentos por meio do Serviço Social e não apenas o uso de técnicas sofisticadas.

Faleiros (1997) cita diversos autores que visam superar as dicotomias abstratas entre tradicional e moderno, assistencial e transformador, técnico e político, tecnológico e científico, prático e teórico, funcionalista e dialético, acadêmico e institucional que caracterizaram a análise do Movimento de Reconceituação no Serviço Social. No entanto, as críticas levantadas ao Serviço Social tradicional pelo movimento de Reconceituação dizem respeito à:

- ⇒ A crise do indivíduo-ator, questão da neutralidade do conhecimento, da integração do indivíduo ao sistema, como objetivo do assistencialismo como sendo este o objeto do exercício profissional e, do idealismo liberal como sendo a ideologia do Serviço Social. Ou seja, o Movimento de Reconceituação pretendia destruir a idéia de que poderia corrigir situações disfuncionais aos indivíduos e adaptá-los às normas sociais vigentes por meio da interação positivista entre assistentes sociais e a sua clientela; FALEIROS (1972 apud FALEIROS, 1997);
- ⇒ a situação problema em vez do indivíduo-problema, isto é, defendia-se a intervenção estatal por meio do planejamento, e também, buscava-se refletir e considerar nas ações profissionais as situações socialmente incômodas. Em vez de considerar o indivíduo insatisfeito, passa-se a ver a situação-problema; FALEIROS (1997) e DANTAS (1970);
- ⇒ a participação em vez da solução de problema a questão da participação popular é a vertente ativa da proposta, o sujeito aqui é visto como um ser

capaz, no entanto, ele participará na resolução da situação problema apresentada; FALEIROS (1997 apud TOBON, 1986);

⇒ o popular em vez do co-operar a história é objeto da ação e compreendida por meio da relação com o vivido no dia-a-dia, e não por dogmas ou idéias gerais. Esta pedagogia influenciou profundamente o Serviço Social reconceituado, buscou retomar a questão da transformação do sujeito e do mundo; FALEIROS(1997 apud WANDERLEY, 1984);

⇒ o militatismo no lugar do método, isto é, o trabalhador social é o transformador, a ênfase é dada para o profissional militante, ativo, cujo postulado primeiro é viver ouvindo o povo, sentido o povo para depois raciocinar, formular juízos; FALEIROS (1997 apud ZABALA,1974);

⇒ a receita eclética elaborou-se uma proposta extremamente eclética tentando vincular o processo de planejamento (diagnóstico, plano, programa, execução, avaliação) ao método do conhecimento inspirado. Estas propostas possibilitaram aglutinar as concepções presentes num momento da profissão, mas não rompem com o formalismo da tecnocracia; FALEIROS (1997 apud LIMA e GALLARDO, 1974);

⇒ totalidade e história, na proposta do chamado Método BH retoma-se a passagem do conhecimento sensível ao racional e da descoberta da verdade por meio da prática. A prática é a fonte e o critério de verdade da teoria. A preocupação do Método BH era, por meio da prática, atingir o global, através de um enfoque totalizante para a organização da população; FALEIROS (1997 apud SANTOS,1982);

⇒ a lógica da estrutura, a história privilegia a estrutura e não a história na definição do Serviço Social. Em vez de partir da análise de um período

determinado e das relações históricas do capitalismo, a perspectiva estrutural se situa num outro esquema de análise e abstração e usa uma lógica dedutiva para especificar as funções do Serviço Social; FALEIROS (1997 apud FALEIROS, 1972), e as;

⇒ relações sociais e estruturais, o processo de legitimação e controle se inscreve na luta de classes articulada na correlação de forças em presença no enfrentamento de blocos que defendem sua hegemonia ou propugnam numa contra-hegemonia. As instituições se apresentam assim como lugares de luta, onde os profissionais também se posicionam nos diferentes blocos e conflitos que se formam. O compromisso do profissional com a população, pode transformá-lo em seu intelectual orgânico na defesa teórica e prática das alternativas que viabilizem o fortalecimento do saber e do poder popular no cotidiano. FALEIROS (1997 apud FALEIROS, 1985).

Comenta Pontes (1995, p. 19),

" no plano institucional, a demanda dos serviços sofreu significativas alterações, como o aumento quantitativo dos usuários; as profundas mudanças programáticas que os governos pós 64 implantaram, com a criação de políticas e instituições sociais; o próprio mercado de trabalho dos profissionais do Serviço Social teve o mais significativo incremento da sua história. Não param aí os influxos que determinaram a toda sociedade adaptações de várias ordens, mas, estes poucos exemplos servem para sinalizar que as transformações sofridas pelo Serviço Social no plano teórico-metodológico, não podem ser desvinculadas do processo histórico em que tiveram curso. Do ponto de vista endógeno da profissão, considerando as ressalvas acima, o processo de renovação conhecido como Reconceituação foi aparentemente inaugurado por focos de insatisfação teórico-ideológica e metodológica com os quadros referenciais até então hegemônicos na profissão. Convergiram, neste processo, vetores de dissolução dos marcos teóricos vigentes, nos mais diversos planos e existência da profissão, fazendo com que nas agências formadora, nas instâncias de organização e pesquisa do Serviço Social, se erguessem novas tentativas de fundação teórica da profissão".

A partir do Movimento de Reconceituação o modelo positivista⁷ passa a ser questionado, dando início à procura de novos caminhos que pudessem superar o modelo tradicional do Serviço Social, visando com isso a transformação social. No entanto, o Serviço Social tem procurado um modelo teórico-metodológico de intervenção que contribua com a mobilização, a organização e a ação da população, ou seja, está buscando construir e reconstruir os conhecimentos já existentes, para definir novos objetos para a sua intervenção.

Salienta Melo (2003) que, os assistentes sociais ao longo de sua profissionalização na sociedade brasileira, tiveram seu exercício profissional marcado pelo pensamento conservador - tradicionalista⁸, baseado no pensamento positivista. Porém, é na década de 80 com a crise do regime militar que o Serviço Social brasileiro teve a oportunidade de travar contato com os clássicos marxistas, que começaram a marcar presença na profissão. Melo (2003) coloca também, que a grande contribuição do marxismo para o Serviço Social brasileiro se refere a forte presença teórica de Marilda Vilela Iamamoto, a qual dispõe de referenciais que possibilitam pensar a prática profissional para favorecer os interesses da clientela.

Salienta Silva (2002), as transformações no interior do Serviço Social são identificadas exatamente quando a sociedade civil brasileira intensifica seu processo de rearticulação política. No período compreendido entre os anos de 1964 a 1985, a categoria profissional vivencia duas reformulações no Código de Ética do Assistente Social, a primeira ocorreu no ano de 1965 e após dez anos (1975) desta reformulação o Código de Ética sofre novas alterações. Sendo que, os avanços na

⁷ Sistema filosófico fundado por Augusto Comte e que, banido as noções a priori e os conceitos universais e absolutos, só admite o método experimental, a religião fundada por Augusto Comte. Modo de encerrar a vida só pelo lado prático, a vida prática. (Dicionário Brasileiro Globo).

⁸ Pensamento conservador –tradicionalista: está vinculado a uma concepção que buscava apreender a natureza da profissão de maneira auto explicativa, ou seja, a partir de seu próprio interior. Os conhecimentos e valores, a partir dos quais a prática é entendida como fonte de conhecimento direto dos problemas em suas causas e conseqüências. (Sarmiento, 1997)

reorganização política dos assistentes sociais, cresce a partir de 1979, ano o qual é marcado por um movimento de oposição à direção conservadora do Conselho Regional de Assistentes Sociais de São Paulo, dando-se a rearticulação da Associação Profissional de Assistentes Sociais. Este ano também, pode-se destacar um número significativo de publicações, tendo como espaço para estes o suporte da Editora Cortez. E no ano de 1981, começa a funcionar a primeira turma do único curso de doutoramento em Serviço Social na América Latina, sob a responsabilidade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Todavia, o Movimento de Reconceituação recebeu críticas de diversas correntes ideológicas. Conforme Blanco (2003), as principais críticas foram: a falta de instrumentos para formular teorias, pois o Movimento buscava trabalhar a teoria com a prática; uma posição política ingênua, isto é, o não querer colaborar mais com o sistema, optando pela renúncia de qualquer projeto que não correspondesse diretamente com os interesses dos setores populares; a ênfase dada para o processo metodológico; a utilização de um único método de análise, o marxista; o Movimento teria a mesma sorte de êxito e fracasso que ocorreu com os movimentos revolucionários da América Latina, pois a profissão está vinculada ao ambiente político; o não saber compreender a teoria e prática do processo histórico do capitalismo, a alienação do homem com o sistema em que vive; e a crítica que a corrente conservadora faz ao Movimento de Reconceituação é de que, este é uma fase extremista e perturbadora do trabalho social.

Para Blanco (2003), a renovação do Serviço Social como desafio existencial, pressupõe uma interpretação da realidade, fundada cientificamente em modelos operativos. Onde não bastava sentir simpatia pelo processo de libertação do povo, e

sim fazer parte de um processo, assumindo um estilo de vida individual e grupal capaz de construir uma nova sociedade.

No entanto, os profissionais de Serviço Social ingressam nos anos 90 sendo estes, uma categoria que buscava através da pesquisa, fundamentar a profissão, e isso fez com que o Serviço Social passasse a ser reconhecido entre os órgãos gestores de conhecimento.

As novas alternativas levantadas pelo Movimento de Reconceituação no Serviço Social, procuraram estabelecer para o exercício profissional a reavaliação da dimensão política. Bem como, a necessidade de compreender o processo político da sociedade, sendo que esse conhecimento poderia contribuir para a qualidade e a construção de um aprofundamento no entendimento da democratização da vida social.

3 O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

“Pensar o Serviço Social na Contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar da sua recriação” (IAMAMOTO, 2001)

O marco da redefinição do projeto profissional do período de 1980, foi o tratamento dispensado ao significado social da profissão, enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho. No entanto, esta perspectiva destaca a historicidade do Serviço Social, entendido no quadro das relações sociais entre as classes sociais e o Estado. Sendo assim, a profissão passa a ser compreendida como um processo de transformação.

No primeiro item deste capítulo será abordada a questão conjuntural do Estado brasileiro, referente ao período denominado de Pós Movimento de Reconceituação no Serviço Social (1980 até os dias atuais). Buscando destacar os acontecimentos políticos, econômicos e sociais, enfrentados pelos profissionais de Serviço Social no Brasil.

O segundo item enfocará as questões inerentes a profissionalização do assistente social: formação, Escolas, diretrizes curriculares, Código de Ética, Lei de Regulamentação da profissão, bem como, os avanços e desafios no mundo do trabalho que se apresentam a estes profissionais.

E o terceiro item mostrará algumas finalidades da profissão, isto é, as atribuições, as ações, os objetivos e as atividades destinadas ao assistente social

na contemporaneidade, tendo como principal fonte de fundamentação o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS.

3.1 O Estado brasileiro após o Movimento de Reconceituação no Serviço Social

Conforme Silva (2002), no período de 1980 a 1988 o Brasil viveu uma recessão profunda, isto é, vivenciou uma grave crise econômica, onde: cresceu o empobrecimento da classe média, a miséria atingiu grande contingente da população brasileira e os níveis inflacionários elevaram-se. No âmbito social, o Estado deixou as áreas essenciais como a saúde e a educação aprofundar-se também nesta crise. E no plano político, o país viveu os maiores impasses conhecidos nas últimas décadas, com o descrédito da sociedade nos partidos políticos por se encontrarem vazios de propostas, bem como, nos políticos, sendo que, havia uma inexistência de líderes políticos que representassem projetos relevantes para a sociedade.

Silva (2002), também coloca que, o processo constituinte foi palco de uma intensa luta política na qual as classes sociais atuaram organizadamente, porém, em condições bastante desiguais, destacando como os menos favorecidos os trabalhadores, proletariados e excluídos. Neste mesmo contexto perturbado, o governo busca tentativas de esvaziamento e mobilização das lutas sociais. E a assistência social passa a ser utilizada como forma de administrar a miséria na busca de evitar o aprofundamento da questão social e ampliar as bases de

legitimidade social do governo, porém, o intuito foi como já mencionado anteriormente de esvaziar e imobilizar a organização e a resistência dos grupos enquanto classes.

Segundo Paiva (1998), é importante destacar também neste contexto o crescimento vertiginoso do desemprego; o descaso do governo com os problemas na área da saúde como por exemplo à proliferação de velhas doenças (dengue e tuberculose), como também o surgimento de novas doenças (AIDS); na área da educação – houve um retrocesso quanto ao financiamento para as ações prioritárias, como o ensino básico, profissional e superior, com a total omissão do Governo Federal em projetos de alfabetização e 1º grau para adultos; e na área da Assistência Social as ações financiadas pelo Governo Federal não representam nem 1% do orçamento da seguridade social.

As maiores expressões no período de 1990 que marcaram a sucessão de mudanças na sociedade, são representadas pela globalização e regionalização dos mercados com flexibilização da economia. Sendo que, neste contexto o Estado brasileiro assume uma política econômica submetida ao modelo de ajuste estrutural, definido pelo FMI e o Banco Mundial, onde a demanda interna é comprimida para exportar o excedente e produzir divisas para pagar a dívida externa. Todavia, essa conjuntura conturbada repercute no Serviço Social, estreitando o mercado de trabalho dos assistentes sociais, desvalorizando esses profissionais, através do sucateamento do serviço social público e passa a exigir uma prática profissional cada vez mais burocratizada, onde os profissionais devem trabalhar dentro das restrições dos programas sociais. SILVA (2002)

Salienta Paiva (1998),

“ O acesso aos direitos sociais e às condições dignas de vida, neste final de século, se inscrevem, assim, no contexto da crise estrutural

do sistema econômico, em razão das medidas de ajuste fiscal e de reorganização produtiva e financeira, desencadeadas pela adoção do receituário neoconservador dos organismos internacionais e seus representantes dentro do Governo Federal, sem o contraponto devido em termos de uma irrefragável agenda social no país”.

Paiva (1998) comenta também, que o processo de globalização contribuiu para o aumento da exclusão social do que propriamente na reversão da recessão econômica. E que os acontecimentos recentes vivenciados pela população brasileira, como por exemplo o crescimento do desemprego, são frutos do ciclo de Reformas, iniciados nos anos de 1995 pelo Governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, sendo que:

“com a aprovação da quebra dos monopólios públicos, amparados constitucionalmente, como os do Petróleo, Telecomunicações, Portos, etc. Em seguida, desencadeia-se o processo de privatização, com a ‘venda’ de importantes e estratégicas empresas estatais como Usiminas, Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, Vale do Rio Doce, Rede Ferroviária Federal, algumas estaduais do setor elétrico e de abastecimento de água e, por fim, agora, o sistema Telebrás/Embratel”. (PAIVA,1998, p.15)

A mesma autora salienta que,

“ainda no contexto das Reformas do aparelho de Estado, formulam-se, sem qualquer debate ou interlocução democrática com a sociedade organizada, uma série de medidas de desresponsabilização do governo federal e também dos estaduais na prestação de serviços enunciados no âmbito do sistema de proteção social. Políticas importantes foram municipalizadas sem a devida suplementação financeira ou respaldo técnico-político, a exemplo da Saúde, Educação, Assistência Social, geração de emprego e renda, dentre outras. A luta pela descentralização encontra-se em risco, pela dinâmica imposta pelo Governo Federal, inflexível quanto à democratização de poder e recursos”. (PAIVA,1998, p.16)

Hoje, o Governo do Brasil está sendo comandado pelo Partido Trabalhista representado pelo Presidente da República Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, representação esta tão esperada pelo povo brasileiro, sendo assim, as principais prioridades desse Governo dizem respeito às Reformas do Sistema Previdenciário e Tributário, porém, a prioridade maior é o combate a pobreza no Brasil. Tendo em vista que com este objetivo o Governo Criou o “Programa Fome Zero”.

⁹No entanto, as teorias sobre o combate à pobreza dividem o PT, o parlamentarista Sr. Eduardo Suplicy diz que “a universalização da política social tem uma vantagem principal: ‘Elimina todo e qualquer sentimento de estigma. Do ponto de vista da dignidade, poder contar com uma renda básica dá mais liberdade para a pessoa’. Suplicy foi um dos principais críticos dentro do PT da idéia da distribuição de cupons para serem usados na compra de alimentos em supermercados. O senador defende a transferência de renda para os beneficiários gastarem como acharem melhor”. (O Estado de SP 2003, p.01)

Diante desta conjuntura, a análise realizada por Iamamoto (1997) mantém-se atual. A autora aponta para a necessidade de avançar com uma maior eficácia prática e clareza teórica junto às implicações políticas do exercício profissional do assistente social, onde se deve estabelecer parâmetros que permitam situar a atuação profissional e fazer avançar a busca de alternativas numa direção.

Conforme Sarmento (1997, p. 117),

“Privilegia-se, nessa nova concepção, a compreensão da emergência do Serviço Social como profissão resultante das relações sociais que peculiarizam o momento e o processo histórico das sociedades, particularmente o conjunto das relações de classe na sociedade capitalista. Desta maneira, o Serviço Social passa a ser visto no conjunto dos mecanismos constitutivos de um projeto de controle social e de base políticas e sociais definidas, ao qual, enquanto profissão, está situada como uma atividade prática mediadora no interior da prática social”.

É importante destacar segundo Silva (2002), que os desafios e as perspectivas que se apresentam para o Serviço Social brasileiro no século XXI estão inteiramente relacionadas com a crise no ensino universitário brasileiro, o sucateamento do serviço público, a redução dos programas sociais, a transferência de programas assistenciais, para entidades populares e, a ampliação de medidas assistências no interior de empresas privadas, o estreitamento do mercado de

⁹ informações obtidas no dia 03/05/2003 na página <http://www.estado.estadao.com.br/editorias>

trabalho e a conjuntura de forte recessão e arrocho salarial. Porém, o Serviço Social nesse mesmo período apresenta avanços, onde se pode dar destaque para o esforço da construção de alternativas de prática profissional a partir de demandas dos setores organizados; salienta-se um salto de qualidade na área da formação profissional, com o desenvolvimento de um projeto de formação profissional a partir das alternativas de ação em construção; registra-se relevante avanço em termos da inserção profissional, com conseqüente crescimento da produção intelectual, servindo para fomentar o debate acadêmico; estabelece-se rica discussão em torno do resgate da assistência social, inscrita no âmbito dos direitos sociais e enquanto espaço privilegiado da prática profissional; e a ampliação das bases de legitimidade do Serviço Social a partir da inserção de segmentos dos profissionais, em articulação com os movimentos sociais, na luta pela democratização da sociedade brasileira.

Segundo Iamamoto (1998, p.49), os avanços vivenciados pelo Serviço Social possibilitam a travessia da cidadania acadêmica para a profissão. "o novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com as análises dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional [...] capaz de moldar os rumos de sua história".

Sarmiento (1997) salienta que , a própria sociedade capitalista reconstrói seu modelo de organização das relações de produção, onde busca responder às suas próprias crises e contradições. Desta forma, é fundamental que a constituição de uma ação profissional contribua para o fortalecimento da ação política de vários segmentos, possibilitando a superação da alienação produzida pelas próprias condições socioeconômicas, transformando-as em direitos reconhecidos e legitimados socialmente.

A desestruturação do Estado apresenta entre os profissionais de Serviço Social, profundos desafios aos esforços e ao movimento em torno da construção de alternativas profissionais que sejam capazes de garantir uma nova legitimidade para a profissão. A questão de compreender as contradições vivenciadas no momento da transição democrática da sociedade brasileira, penetrou no interior do Serviço Social provocando um repensar daquele momento, tendo como consequência o reposicionamento de seus representantes acerca da prática institucionalizada. Desta forma, recupera-se teoricamente o espaço institucional, defendendo-se uma prática crítica comprometida com as classes populares, com seus movimentos reivindicatórios e de pressão. (IAMAMOTO, 2001).

Na reprodução do trabalho, o mundo capitalista sempre buscou a adesão dos trabalhadores aos interesses da empresa e principalmente ao esvaziamento das mobilizações operárias. Para Sarmento (1997), as novas exigências colocadas ao Serviço Social, implicam em novas formas de gestão e a reorganização da funcionalidade da profissão.

3.2 A profissionalização

O Serviço Social vêm reconstruindo sua prática profissional, no sentido de atribuir uma outra direção social e conseqüentemente o redimensionamento de suas funções sócio-institucionais e sócio-ocupacionais. As atuais questões existentes na sociedade brasileira, repercutem profundamente no Serviço Social, destacando-se a entrada dos movimentos sociais na cena política e a incapacidade de o Estado

absorver suas demandas. Verifica-se, no entanto, uma crise das políticas sociais e dos serviços assistenciais e conseqüentemente o crescimento no setor informal da economia.

Conforme Iamamoto (1997, p.8),

"O Assistente Social tem sido historicamente um dos agentes profissionais que implementam políticas sociais, especialmente políticas públicas. Ou, nos termos de NETTO (1992), um executor terminal de políticas sociais, que atua na relação direta com a população usuária. Mas, hoje, o próprio mercado demanda, além de um trabalho na esfera da execução, a formulação de políticas públicas e a gestão de políticas sociais".

A prática social está sempre localizada em uma sociedade concreta com suas determinações históricas, na qual a prática do Serviço Social situa-se em um movimento cujos objetivos ultrapassam o âmbito restrito das tarefas que a profissão desenvolve.

O Serviço Social vem se afirmando como sendo uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade. As mudanças que estão ocorrendo tanto na divisão do trabalho na sociedade, quanto na divisão técnica do trabalho no interior das estruturas produtivas, corporificadas em novas formas de organização e de gestão do trabalho, exigem dos profissionais de Serviço Social um aprendizado nos processos macroscópicos que atravessa todas as especializações do trabalho. (IAMAMOTO e CARVALHO, 1991).

Segundo Iamamoto (1997, p.9-10),

"A abordagem do Serviço Social como trabalho supõe apreender a chamada 'prática profissional' profundamente condicionada pelas relações entre o Estado e a Sociedade Civil ou seja, pelas relações entre as classes na sociedade, rompendo com endogenia no Serviço Social. Por exemplo, aceita-se, como senso comum, que a profissionalização do Serviço Social surge de uma tecnificação da filantropia. Inclusive é esta a tônica do discurso da maioria dos pioneiros e da literatura especializada, mesmo na época do movimento de reconceitualização, que sustenta que o Serviço Social se torna profissão ao se atribuir uma base técnico-científica (grifo nosso) às atividades de ajuda, à filantropia. Esta é uma visão de dentro e por dentro das fronteiras do Serviço Social, como se ele fosse fruto de uma evolução interna e autônoma das formas de proteção e de apoio social. Todavia, a constituição e institucionalização do Serviço Social enquanto profissão na sociedade depende, ao contrário, de uma progressiva ação do Estado na

regulação da vida social, quando passa a administrar e gerir o conflito de classe, o que pressupõe, na sociedade brasileira, a relação capital/trabalho constituída através do processo de industrialização e urbanização. É quando o Estado se 'amplia', nos termos de Gramsci, passando a tratar a questão social não só através da coerção, mas buscando um consenso na sociedade, criando as bases históricas da nossa demanda profissional. Ora, se isso é verdade, as mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho e na esfera estatal, em suas relações com a sociedade civil, incidem diretamente sobre os rumos do desenvolvimento desta profissão na sociedade".

As alterações no mundo do trabalho como mostra Simionatto (1998), passam pela globalização da economia como nova estratégia do capital, a qual apresenta novas formas de organização do trabalho, onde pode-se destacar:

- ⇒ A chamada qualidade total: que busca a elevação dos níveis de produtividade, produzindo com maior eficiência e menor custo;
- ⇒ a terceirização: que expulsa do mercado a mão-de-obra, especialmente a não qualificada, o que implica na perda crescente de direitos sociais, aumento do trabalho temporário, aumento dos índices de desemprego e do mercado informal de trabalho; e a
- ⇒ despolitização do trabalhador na medida em que o trabalho pode ser parcial, temporário ou sub-contratado, impedindo desta forma o fortalecimento dos institutos coletivos como os sindicatos.

Salienta ainda Simionatto (1998, p. 34), que no processo de reordenamento das relações entre Estado e Sociedade é necessário apontar ainda a questão do Mercosul, que acrescenta alterações sócio-políticas, econômicas e culturais de vulto para a região sul do país e também, a revitalização das ONG's, que após um período de dissenso tem reaparecido na cena pública em face do processo de esgotamento do Estado, sendo que o Serviço Social deverá ocupar seu espaço junto a estes novos sujeitos políticos.

Segundo Silva (2002), apesar dos dilemas que o Serviço Social enfrenta, principalmente em suas ações interventivas, é importante registrar avanços significativos para a profissão:

- ⇒ avanço no debate teórico sobre as questões do Movimento de Reconceituação, procurando resgatar o Estado enquanto espaço de trabalho dos assistentes sociais e procurando superar a concepção da assistência social como sendo essa apenas uma forma assistencialista, situando-a como um direito do cidadão e dever do Estado;
- ⇒ avanço das questões acadêmicas, principalmente na área da pesquisa, com o reconhecimento do Serviço Social como área de produção de conhecimento pelo CNPq, em 1982, e a criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social (CEDEPSS) em 1987;
- ⇒ avanço da organização interna da categoria profissional e sua relação com a organização mais geral dos trabalhadores;
- ⇒ ampliação da participação político-partidária dos assistentes sociais;
- ⇒ desenvolvimento de avaliação do processo de formação profissional, a partir do currículo mínimo em vigor;
- ⇒ maior articulação do Serviço Social brasileiro com a realidade latino-americana e do Serviço Social no continente.

Sendo assim, verifica-se que nas duas últimas décadas o Serviço Social deu um salto de qualidade em sua auto-qualificação na sociedade. Adquiriu visibilidade pública com a reformulação do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais no ano de 1986, o qual foi uma expressão das conquistas e ganhos do Movimento de Reconceituação da profissão que negou a base filosófica tradicional, nitidamente conservadora, que norteava a ética da neutralidade, e a afirmação de um novo perfil

do técnico, que não era mais aquele profissional subalterno e executivo, mas sim um profissional politizado e possuidor de competência teórica. O Serviço Social brasileiro a partir do Movimento de Reconceituação teve a oportunidade de se desenvolver teórica e praticamente e, também teve condições de escolher conscientemente a sua linha de atuação, e uma prática profissional não mais limitada à reprodução das relações vigentes, e sim podendo estar comprometida com os reais interesses da classe dominada.

O Código de Ética do Assistente Social sofre uma nova reformulação no ano de 1993 (Anexo A). A revisão partiu da compreensão de que a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social, onde os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora envolvida no processo de trabalho.

Para Iamamoto (1997, p. 33)

“Os assistentes sociais ingressam nos anos 90, como uma categoria que também é pesquisadora, reconhecida como tal, pelas agências de fomento. Por outro lado amadureceram suas formas de representação acadêmica e profissional reconhecidos e legitimados pela categoria. Um amplo debate em torno das políticas sociais públicas, em especial da assistência social, situada no campo dos direitos sociais, na teia das relações entre o Estado e a sociedade Civil, contribuiu para adensar o debate sobre identidade desse profissional, fortalecendo o seu auto-reconhecimento”.

Os anos compreendidos em 1990 expressaram profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, determinado pela reestruturação produtiva, pela reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social, apontando, para a alteração das relações entre o público e o privado, e alterando as demandas profissionais.

Com bases nas diretrizes curriculares para o Curso de Serviço Social, verifica-se que, em dezembro de 1996 foi elaborado e aprovada pelo XXIX Convenção Nacional da ABESS a proposta básica para o *Projeto de Formação*

Profissional, contento os pressupostos, diretrizes, meta e núcleos de fundamentação do novo desenho curricular.

Iamamoto (2001), coloca que as novas diretrizes curriculares elaboradas e aprovadas pelo conjunto das unidades de ensino sob a coordenação da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – ABESS, estabelecem três núcleos temáticos que darão ênfase para os conhecimentos e habilidades necessários à qualificação profissional dos assistentes sociais, os quais são:

- ⇒ o núcleo dos fundamentos teórico-metodológicos da vida social;
- ⇒ o núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e
- ⇒ o núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Um outro avanço significativo do Serviço Social na contemporaneidade é a reformulação da Lei de Regulamentação da profissão de Assistente Social de 1957, a qual é revogada pela Lei nº 8.662 (Anexo B) em 07 /06/1993 tendo como principais objetivos:

- ⇒ a formação profissional deverá viabilizar uma capacidade teórico-metodológica e ética como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas;
- ⇒ apreensão crítica dos processos sociais, numa perspectiva de totalidade;
- ⇒ análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades e desenvolvimento do capitalismo no Brasil;
- ⇒ compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, cenário internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; e

⇒ identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado.

Sarmiento (1997) destaca que, nas duas últimas décadas a profissão consolidou em seu processo de formação e exercício profissional a busca de reconstruir uma postura que modifica o modo de interferir na reprodução da força de trabalho.

Conforme Iamamoto (2001, p.195) o processo de formação profissional na contemporaneidade, deverá passar por um projeto que aposte nas lutas sociais, na capacidade dos agentes históricos de construir novos padrões de sociabilidade para a vida social.

Ao consultar o site do Conselho Regional de Santa Catarina¹⁰ verifica-se que, há no Brasil hoje cerca de 90 (noventa) Escolas de Serviço Social habilitadas e cadastradas no Instituto de Ensino Superior - IES, onde observa-se que, 21 (vinte uma) são Escolas Federais, 53 (cinquenta e três) são Escolas Particulares, 09 (nove) são Escolas Estaduais e 07 (sete) são Escolas Municipais. O curso nessas Escolas tem-se realizado em 04 (quatro) anos no mínimo e, essas praticam currículos orientados pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) com bases nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Sendo que, muitas destas já dispõem de cursos de pós-graduação, *Latu e Stricto Senso*. No entanto, para exercer a profissão de Serviço Social é necessário que o graduado registre seu diploma no Conselho Regional de Serviço Social- CRESS, do Estado onde pretende atuar profissionalmente e, se prestar serviços em outros Estados terá que solicitar a cada CRESS do Estado trabalhado uma inscrição secundária a qual

¹⁰<http://www.cress-sc.org.br/conselho/curiosidades/profissao.htm> (consulta realizada no dia 30/05/2003)

não será necessário pagar anuidade. Há no Brasil 24 (vinte e quatro) CRESS e 03 (três) delegacias de base estadual e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), estes são órgãos de fiscalização do exercício profissional no país, dando cobertura a todos os Estados.

Para Iamamoto (2003, p. 199), a formação profissional deverá passar por caminhos que viabilizem condições sensíveis e solidárias ao processo de criação de uma nova cidadania, como sendo uma estratégia política de gestão de uma cultura pública.

"Os assistentes sociais devem dispor de competências para atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas, assim como no planejamento e gestão, inscritos em equipes interdisciplinares que tencionam a identidade profissional, devem também ampliar seu espaço ocupacional para atividade relacionadas a implantação e orientação de conselhos de políticas públicas, à capacitação de conselheiros, a elaboração de planos de assistência social, acompanhamento e avaliação de programas e projetos. Tais inserções são acompanhadas de novas exigências de qualificação, tais como o domínio de conhecimento para realizar diagnósticos sócio-econômicos de municípios e para a leitura e análise dos orçamentos públicos, identificando recursos disponíveis para projetar ações; o domínio do processo de planejamento, a competência no gerenciamento e avaliação de programas e projetos sociais, a capacidade de negociação, o conhecimento e o Know-How na área de recursos humanos e relação no trabalho, entre outros. Somam-se possibilidades de trabalho nos níveis de assessoria e consultoria para profissionais mais experientes e altamente qualificados em determinadas áreas de especialização. Registram-se ainda requisições no campo da pesquisa, de estudos e planejamentos, dentre inúmeras outras funções". (CFESS 2002, p.37)

A Formação profissional no Brasil nas últimas décadas avançou no âmbito da sua interpretação teórico-metodológica e política, direcionada à compreensão dos processos relacionados à economia e a política da realidade brasileira. O investimento na qualificação profissional exige cursos de aperfeiçoamento e especializações. Sendo que, hoje no Brasil os Cursos de Serviço Social estão oferecendo um estudo contínuo para a qualificação do aprendiz, como por exemplo: cursos de mestrado e doutorado (Anexo C), fornecendo capacitação em suas áreas específicas. Tendo como consequência, um avanço na produção teórico

de literaturas e revistas (Anexo D) especializadas na área do Serviço Social, bem como um número significativo de Pesquisas cadastradas no CNPQ.

3.3 Atribuições destinadas ao Assistente Social na contemporaneidade

Conforme o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (2002), o Serviço Social historicamente, atua nas múltiplas áreas da *questão social*, porém, destaca que o espaço ocupacional de atuação do assistente social não é exclusivo desse, sendo por isso, a dificuldade de delimitar com precisão os campos profissionais.

Observa então Iamamoto (1997, p.34),

"Nesse sentido, é importante lembrar aqui que, se nos anos 80 buscamos adensar nossos conhecimentos teóricos buscando inclusive um outro estatuto, principalmente no espaço acadêmico, é hora, agora, de 'transitar da bagagem teórica ao enraizamento da profissão na realidade, abrindo ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional'".

As ações profissionais dos assistentes sociais que se realizam diretamente nos espaços governamentais, nas empresas privadas, nos bairros, nas ONGs, preocupa-se com a qualidade dos serviços prestados, sendo assim, o assistente social deverá ter respeito aos usuários dos seus serviços. O seu trabalho deverá investir na melhoria dos programas institucionais, bem como, nas redes de abrangência dos serviços públicos, reagindo contra a imposição de crivos de seletividade no acesso aos atendimentos. No entanto, caberá no exercício profissional do assistente social, formular propostas de políticas institucionais criativas e viáveis, que alarguem os horizontes indicados, zelando pela eficácia dos serviços prestados. (SIMIONATTO, 1998, p. 37).

A atuação do assistente social consiste em desenvolver e propor políticas que possam responder pelo acesso de segmentos da população aos serviços e benefícios construídos e conquistados socialmente. As Instituições que requisitam o profissional de Serviço Social se ocupam de problemáticas relacionadas a:

“crianças moradoras de rua, em trabalho precoce, com dificuldades familiares ou escolares, sem escola, em risco social, com deficiências, sem família, drogadictos, internadas, doentes; adultos desempregados, drogadictos, em conflito familiar ou conjugal, aprisionados, em conflitos nas relações de trabalho, hospitalizados, doentes organizados em grupos de interesses políticos em defesa de direitos, portadores de deficiências; idosos asilados, isolados, organizados em centros de convivência, hospitalizados, doentes; minorias étnicas e demais expressões da questão social. Devido à experiência acumulada na gestão de políticas públicas e hoje contribuindo efetivamente na construção e defesa delas, a exemplo do Sistema único de Saúde – SUS, da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e do Estatuto da Criança e do Adolescente –ECA, participando de Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional, bem como, das Conferências nos 3 (três) níveis de Governo, onde se traçam as diretrizes gerais de execução, controle e avaliação das políticas sociais”. (CRESS-SC, 2003)

Sendo assim, o CFESS (2002, p.9), explicita que o Serviço Social possui objetivos que deverão ser cumpridos pelos assistentes sociais. No entanto, identifica-se como principais objetivos:

- ⇒ O resgate da cidadania ;
- ⇒ O entendimento sobre direitos e deveres;
- ⇒ Melhorar as condições de vida do usuário;
- ⇒ Socializar as informações;
- ⇒ Humanizar o atendimento;
- ⇒ Prestar assistência ao usuário e à comunidade;
- ⇒ Capacitar-se profissionalmente para o desenvolvimento do trabalho com melhor qualidade;
- ⇒ Prestar atendimento de qualidade;
- ⇒ Garantir as necessidades do usuário; e
- ⇒ Garantir o quadro de assistentes sociais nas Instituições.

Conforme Iamamoto (1997, p.56)

“Os assistentes sociais ao realizarem suas ações profissionais, sejam ao nível das Secretarias de Governo, dos bairros, das instâncias de organização e mobilização da população, das organizações não governamentais (ONGs), exercem a função de um educador político; um educador comprometido com uma política democrática ou um educador envolvido com política dos 'donos do poder'. Mas é nesse campo atravessado por feixes de tensões que se trabalha e nele que são abertas inúmeras possibilidades ao exercício profissional”.

Procurando divulgar as competências desenvolvidas pelos assistentes sociais no exercício profissional, o CFESS através da Lei 8.662/93 elaborou uma cartilha – Atribuições privativas do (a) assistente social: em questão (2002, p.09) – para um maior entendimento sobre esse assunto. Sendo assim, as atividades realizadas pelos assistentes sociais são as seguintes:

- ⇒ visitas domiciliares;
- ⇒ elaboração de relatórios;
- ⇒ pareceres e laudos sociais;
- ⇒ perícias;
- ⇒ encaminhamentos e serviços;
- ⇒ atividades comunitárias para aquisição de bens e direitos;
- ⇒ informações sobre direitos e serviços;
- ⇒ estudos sócio-econômicos;
- ⇒ supervisão de estágio;
- ⇒ elaboração de projetos;
- ⇒ plantões sociais;
- ⇒ atendimento às emergências;
- ⇒ acompanhamento institucional;
- ⇒ atendimento individual;
- ⇒ contato com recursos comunitários;

- ⇒ treinamento assessoria;
- ⇒ realização de palestras educativas;
- ⇒ pesquisa coordenação e controle de benefícios;
- ⇒ triagem sócio-econômica;
- ⇒ educação de grupos e indivíduos (gestantes, crianças, jovens, idosos).

Para pensar as competências e atribuições do assistente social é necessário examinar as mudanças no padrão de acúmulo e regulação social, nos marcos da chamada globalização da produção dos mercados e dos bens culturais, que vem provocando profundas alterações na produção de bens e serviços, nas formas de organização e gestão do trabalho nos organismos empregadores, com marcantes alterações nas maneiras como os diversos profissionais de serviços se articulam no interior dessas entidades. CFESS (2002)

As atribuições privativas dos assistentes sociais conforme a Lei 8.662/93, destacadas na cartilha do CFESS – Atribuições Privativas do (a) assistente social: em questão (2002, p.17), são as seguintes:

- ⇒ Elaborar, coordenar e executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- ⇒ Encaminhar providências e prestar orientações sociais a indivíduos, grupos e a população;
- ⇒ Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades;
- ⇒ Realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefício e serviços, junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas privadas e outras entidades.

Conforme Falcão (1981), as finalidades da ação profissional do Serviço Social passam pela promoção de condições de atendimento às necessidades humanas básicas de subsistência e participação. Sendo que o assistente social deverá assistir parcelas populacionais carentes, ao suprimento de suas necessidades de subsistência e, também oportunizar pelo exercício e pela instrumentalização a expressão, a associação, a opção e a interferência do homem no meio. O foco especificador da ação profissional do Serviço Social, desenvolve ações que impulsionam e capacitam o sistema-cliente a relacionar-se estreitamente com o meio em que se insere, buscando através destas relações encontrar satisfação de necessidades pessoais e coletivas. No entanto, a ação profissional pressupõe fundamentos e estratégia psicosociais e políticas.

“Os assistentes sociais trabalham com as mais diversas expressões da questão social, esclarecendo à população de seus direitos sociais e os meios de ter acesso aos mesmos. O significado desse trabalho muda radicalmente ao voltar-se aos direitos e deveres referentes às operações de compra e venda. Enquanto os direitos sociais são fruto de lutas sociais e negociações com o bloco do poder para o seu reconhecimento legal, a compra e venda de serviços no atendimento a necessidades sociais de educação, saúde, habitação assistência social etc, pertence a outro domínio – o do mercado – mediação necessária à realização do valor e, eventualmente da mais valia decorrente da industrialização dos serviços”.(CFESS 2002, p.37)

Todavia segundo o CFESS (2002), hoje os principais desafios presentes no campo da atuação exigem que o profissional tenha o domínio de informações, para poder identificar os instrumentos a serem acionados ao desenvolver uma ação. Requer também, que o assistente social tenha habilidades técnico-operacionais, que permitam um diálogo com os diferentes segmentos sociais.

4 O SERVIÇO SOCIAL ATRAVÉS DO OLHAR DOS FORMADORES DE PROFISSIONAIS : METODOLOGIA DA PESQUISA

“Há uma nova lógica que sustenta e articula o projeto de formação profissional, que se não for observada, qualquer tentativa de formar profissionais críticos e compromissados será frustrada”.(GUERRA,2002, p.3)

Como já foi especificado na introdução deste estudo, o questionário foi aplicado junto aos docentes do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, por serem esses, uma das referências pela formação dos alunos desta Instituição de ensino.

Foram aplicados vinte e sete questionários, os mesmos foram enviados através de e-mail e também foi deixado cópia no escaninho, conforme a solicitação de cada professor. Desses, quatorze são professores efetivos do Departamento do Curso de Serviço Social – UFSC e, os outros treze são professores substitutos deste Departamento. O uso do questionário ocorreu por dois motivos: o primeiro e principal motivo diz respeito à interpretação das questões, ou seja, a pretensão da pesquisa foi mostrar na íntegra a compreensão dos entrevistados sobre o Serviço Social, sem ter julgamento e/ou entendimento do pesquisador. O desejo foi de proporcionar aos leitores deste estudo, o maior número de elementos possíveis para o aprendizado; o segundo motivo foi por causa do pouco tempo que o pesquisador teve para desenvolver toda a pesquisa.

Recebeu-se a devolução de oito questionários, sendo que, seis foram respondidos pelos professores efetivos e dois receberam respostas dos professores substitutos do Departamento. Desses, seis apresentaram respostas em todas as

questões, e dois deixaram três questões sem respostas. Todavia, um dos entrevistados justificou que não poderia estar colaborando com a pesquisa, pois pela importância do trabalho, as questões mereceriam ser bem respondidas, e no momento o mesmo não teria tempo para responder. A análise dos oito questionários respondidos reflete a formação existente no curso de Serviço Social da UFSC e portanto nos permite um alto grau de generalização a partir das respostas.

Os oito entrevistados que responderam a pesquisa não solicitaram restrição a citação de seus nomes. No entanto, resolveu-se não citar o nome dos entrevistados nesta pesquisa, os mesmos serão chamados de: E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7 e E8. As repostas poderão proporcionar aos leitores maior clareza e reflexão sobre o Serviço Social.

O objetivo deste estudo não foi comparar conceitos, concepções e, sim buscar elementos que pudessem contribuir para o aprendizado, e a compreensão sobre como as questões apresentadas surgem a partir dos professores do Departamento de Serviço Social da UFSC. Assim, o questionário foi aplicado aos professores desse Departamento, por serem eles competentes profissionais e estudiosos da área e na sua maioria doutores com muitos artigos publicados.

4.1 O que é o Serviço Social, seus objetivos e ações

Conforme a ONU (2003), O Serviço Social surgiu como profissão, para atender às populações carentes no suprimento de suas necessidades de subsistência. As origens do Serviço Social radicam em idéias humanitárias e

democráticas. E sua prática está centrada, desde o seu início, na satisfação de necessidades humanas e no desenvolvimento do potencial e recursos humanos. Sendo assim, os profissionais de Serviço Social dedicam seu trabalho em prol do bem estar e da realização pessoal dos seres humanos, ao desenvolvimento e utilização disciplinada do conhecimento científico relativo ao comportamento das pessoas e sociedades, ao desenvolvimento de recursos destinados a satisfazer necessidades e aspirações individuais, coletivas, nacionais e internacionais e principalmente trabalha em torno da realização da justiça social.

Buscar uma definição sobre a questão: *O que é o Serviço Social?* não é uma tarefa fácil de ser resolvida. Para Colmán (2003), as formulações construídas até hoje, não conseguiram responder tal questão. Sendo assim, a resposta para essa questão, implica num processo de investigação exaustivo.

Conforme Costa (2000, p.36), os assistentes sociais possuem inquietações a respeito do conteúdo das ações do Serviço Social, e essas dúvidas estão associadas à necessidade de responder interrogações tais como: o que é o Serviço Social e o que faz? A falta de entendimento sobre essa questão salienta traços voluntaristas e empiristas, a autora argumenta que, muitos assistentes sociais por não terem clareza do seu exercício profissional, contribuem para a fragilização e conseqüente desqualificação técnica do Serviço Social.

Diante dessa discussão, foi levantada a primeira pergunta para os entrevistados: *o que é o Serviço Social?* No entanto, para os entrevistados o Serviço Social é uma “profissão, disciplina, intervenção e um trabalho”.

Visualiza-se através das respostas que, a maioria (quatro) dos entrevistados analisa o Serviço Social como sendo este uma profissão. A resposta do E1 diz que,

“É uma profissão que participa da reprodução das relações sociais, não se restringindo a reprodução material, mas sua participação atinge a totalidade da vida cotidiana, expressando-se no trabalho, na família, no lazer, na escola, etc, como também na profissão (Iamamoto, 1982, p.73) no entanto o Serviço Social não se situa unilateralmente como um mecanismo de apoio ao capital, podendo torna-se um instrumento a serviço dos trabalhadores ou melhor na defesa radical da democracia. Cabe destacar que o Serviço Social já foi considerado uma ciência, uma arte, uma prática, etc. Como ilustração cabe recuperar a contribuição de Mary Richmond (1915) , considerada a pioneira do Serviço Social numa abordagem científica, o Serviço Social de Caso – Social Case Work- para quem o Serviço Social é: ‘a arte de fazer diferentes coisas por e com diferentes pessoas em cooperação com elas’. Dois anos mais tarde, em 1917, a autora precisou seu conceito dizendo que é a “arte de efetuar melhor ajustamento nas relações sociais de indivíduos, homens, mulheres e crianças. Edward Devine em 1922 em seu livro ‘Serviço Social’ define : “ O Serviço Social é o serviço de restauração e salvação humana’. Em 1932, Melle de Lonneux, assistente social belga, iniciadora do Serviço Social no Brasil afirmou;’ Serviço Social é o conjunto de esforços feitos para adaptar o maior número de indivíduos a vida social ou para adaptar as condições de vida social às necessidades do indivíduo’ “.

O Serviço Social desde sua existência, passou por diferentes situações, o que levou a construção de várias definições sobre o seu caráter profissional, onde verifica-se que o Serviço Social além de uma disciplina profissional é sobretudo uma práxis.(COLMÁN, 2003)

O E3 coloca que,

“É uma profissão essencial hoje, em face da atual conjuntura sócio-econômica que tem registrado as demandas de vida e de cidadania mais plena face ao avanço das Políticas Públicas. Nesse contexto, o Serviço Social enquanto profissão age como agente de mudanças para implementação e gestão dessas políticas, defendendo o acesso da população no caso o usuário aos serviços e assim garantindo uma perspectiva nova de vida dos seus clientes.”

O E4 entende o Serviço Social como,

“uma profissão voltada para um trabalho na sociedade, que sofre transformações devido ao contexto atual. Que tem como base, ou melhor, objetiva a questão social que está permeada pelas desigualdades sociais. O Serviço Social trabalha para o Social”

O E7 também compreende o Serviço Social como profissão, ou seja, é uma

“Profissão de nível superior, regulamentada pela Lei 8862/93, que atua junto aos processos sociais, grupais e em nível individual, para atendimento aos direitos

sociais e implementação das políticas sociais, contribuindo ainda para a resolução de processos de violência, de violação de direitos, de exclusão sócio-cultural, tanto de cidadãos quanto de comunidades”.

O Serviço Social como profissão sempre se preocupou em definir valores que servissem como guias normativas da ação profissional. Todavia, esses valores estão centrados na pessoa humana, capaz de se auto-determinar, de ser livre, de se realizar, capaz de intervir e transformar a realidade em que se insere, na busca de seu progresso e de seu desenvolvimento. A partir desses valores a profissão assume um papel preponderante na promoção de condições que possam atender a essas necessidades e visem a integração do homem como agente participante na sociedade onde está situado. (FALCÃO, 1981, p.15 –16)

Cabe destacar que um entrevistado ressaltou em sua resposta o Serviço Social como um processo de intervenção, outros como disciplina e um trabalho, o que é possível de se constatar a partir das respostas a seguir:

O E5 compreende que,

“Serviço Social é uma profissão interventiva; é uma prática respaldada em pressupostos teórico-metodológicos; atua mais especificamente junto às políticas sociais e aos desdobramentos decorrentes da questão social”.

O E6 analisa o Serviço Social como sendo,

“Conjunto de informações, conhecimentos e análise sobre a sociedade, com vistas à compreensão e intervenção na vida social”.

Os profissionais de Serviço Social não devem ver o seu trabalho como uma simples resposta às crises existentes, devem sim intervir, como uma forma de auxílio e orientação a estabelecer sistemas de apoio capazes de minorar potenciais crises, reforçando a auto-estima das pessoas. (ONU, 2003 p. 73)

No entanto, o E2 define o Serviço Social como:

“uma disciplina, de natureza interventiva e tem como objeto de estudo e intervenção as múltiplas expressões da questão social”.

Ao observar o Serviço Social como disciplina profissional Freire (1983, p.28), refere-se como sendo este uma das aplicações teórico-práticas específicas do conjunto interdisciplinar das ciências humano-sociais. O Serviço Social apresenta-se num processo de sistematização e de conhecimentos, aplicando métodos científicos, mas a de salientar que o mesmo não assume uma característica de ciência.

Já o E8 percebe o Serviço Social como sendo:

“um trabalho, uma prática profissional socialmente reconhecida, que produz serviços, mercantilizada, que se constitui a partir da divisão sócio-técnica do trabalho coletivo”.

Iamamoto (2001), interpreta a categoria trabalho como um foco da consideração do exercício profissional que pode ser questionado. Porém, transitar do foco da prática ao trabalho não é uma mudança de nomenclatura, mas sim de concepção, “o que geralmente é chamado de prática corresponde a um dos elementos constitutivos do processo de trabalho que é o próprio trabalho”.

A partir das respostas dos entrevistados foi possível verificar que o entendimento sobre o Serviço Social exige um quadro de referência teórica constante, acrescido de novos conhecimentos, os quais são fornecidos pela realidade sobre a qual o profissional atua conforme as observações de Freire (1983, p. 28)

Para Iamamoto e Carvalho (1982), o significado do Serviço Social parte da concepção da totalidade histórico social e seu trabalho busca enfatizar um esforço de captar o significado social dessa profissão na sociedade capitalista e também de compreender a profissão historicamente situada.

A de salientar que, o Serviço Social preocupa-se com a proteção das diferenças individuais e de grupos, ao trabalhar em diferentes sistemas políticos. As respostas dadas apresentam também que, o Serviço Social trabalha como um agente de

mudanças, estudando as múltiplas expressões e participando das questões sociais, e principalmente atuando junto às políticas sociais. O foco pelo qual se analisa a definição do Serviço Social está centrado nas inter-relações dos atores sociais com o meio social, bem como, o desenvolvimento e fortalecimento dos indivíduos, para intervir nas situações do meio. Todavia, ao analisar tais respostas percebe-se que as mesmas estão de acordo com a visão de Freire (1983, p. 31), onde o mesmo considera o Serviço Social como uma **ação social** que participa de determinados contextos sociais, isto é, nas situações que envolvem o atendimento das necessidades humanas.

A partir destas considerações é possível agora avançar procurando responder a outra questão: *a quem serve o Serviço Social?*

A resposta a esta questão, atende a necessidade de haver um maior esclarecimento sobre a demanda que faz parte do exercício profissional do assistente social. O questionário proporcionou as seguintes respostas: "sujeitos com os quais se trabalham, cidadãos menos favorecidos, cidadãos que desejam conquistar direitos, população e grupos da população: técnicos, comunidades, grupos operativos".

Observa-se que, ocorreu respostas com as mesmas proposições. Todavia, a resposta oferecida pelo maior número de entrevistados (três) foi a de que, as ações do Serviço Social são destinadas aos cidadãos menos favorecidos da Sociedade.

A indagação realizada pelo E3 referente a essa questão mostra com bastante nitidez essa resposta.

"O Serviço Social atende principalmente aos cidadãos menos favorecidos no sentido de viabilizar o acesso destes a serviços e benefícios. Mas é também portador de um Referencial Teórico que capacita para o atendimento de qualquer grupo da população como exemplo técnicos, comunidades, grupos operativos, etc".

O Serviço Social preocupa-se com a proteção das diferenças individuais e de grupo, serve de mediador entre as pessoas o Estado ou outras autoridades, defende causas particulares, bem como, garante proteção nas situações em que o Estado em prol do bem comum, ameaça os direitos e liberdades de determinadas pessoas ou grupos. (ONU, 2003, p. 22).

Contudo a resposta apresentada pelo E1, traz elementos fundamentais para a compreensão da questão.

“O foco das preocupações com relação ao seu significado social não é recente, ainda que brevemente, cabe recuperar que em 1967, em General Roca, na Argentina, aconteceu o 3º. Seminário Latino Americano, que teve como tema central: “Serviço Social e Educação”, o Coordenador do evento Natalio Kisnerman assim se expressou com relação ao rumo que deveria tomar a profissão : “Este Seminário pretende um Servicio Social ajustada a la realidad latinomericana, de la cual es parte esta tierra, um Servicio Social que salga a la calle, a recorrer caminos provincianos bajo el sol ardiente e los frios intensos, que comparta lãs penúrias Del pueblo , que ayude a este a concientizar esta realidad para ayudarlo a emerger” Kisnerman, (1967 apud Ander Egg, p. 429).

Em 1969, no 4º.. Seminário realizado em Concepción , no Chile, em uma das conclusões dos debates foi colocado como necessidade ao Serviço Social: ‘El Servicio Social debe contribuir a la concientización Del hombre latinoamericano para que, superando la contradicción de su actual situación social, asuma y participe em el processo de cambio social ... Uma actitud comprometida y solidária, consciente que su meta es la promoción integral del hombre’. (Ander Egg, 434)”.

A de salientar que os profissionais de Serviço Social trabalham com problemas sociais em diversos níveis. Ao nível do indivíduo e da família, este considerado de nível micro, e no nível macro apresentam-se a comunidade e a sociedade. Sendo que o papel desempenhado pelos profissionais de Serviço Social, podem aparecer em um nível restrito, o qual diz respeito a uma prática direta de ação, como também, em um nível mais amplo, o qual se apresenta na defesa de políticas sociais, pesquisa, ação social e sensibilização. É importante ressaltar que os assistentes sociais devem revelar preocupações com os Direitos Humanos a todos os níveis e em todas as ocasiões. (ONU, 2003)

O assistente social consiste seu fazer profissional por objetivos que mostram o seu trabalho, então indagou-se aos entrevistados, *quais seriam esses objetivos?*

Através dos questionários foi possível levantar os seguintes objetivos: conscientizar, promover, assistir, prevenir, defender, garantir e ampliar direitos, buscar inovações, consolidar a democracia, participar das políticas sociais, capacitar e intervir.

As repostas obtidas apresentaram vários objetivos, destacando-se como principais nesse estudo, a conscientização, a garantia e ampliação dos direitos e a consolidação da democracia, onde a prática profissional deverá estar sempre construindo a cidadania na vida social. Os E2 e E3 através de suas respostas contribuem para o melhor entendimento deste aspecto.

“Dentro do projeto ético-político da profissão, o objetivo do Serviço Social é trabalhar no âmbito da defesa, garantia e ampliação de direitos, num projeto de transformação da sociedade brasileira, caracterizada pela desigualdade e exclusão”. (E2)

“Viabilizar a implementação e o acesso dos usuários aos serviços e condições de vida digna e defender a justiça social enquanto um bem de direito a todos e não somente pela via assistencial”. (E3)

Todavia, a resposta do E7 salienta que:

“Os objetivos profissionais estão definidos no código de ética, na atenção e concretização dos princípios fundamentais”.

O Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais que após reformulação foi aprovado em 15 de março de 1993, realizou novas modificações visando atender as necessidades da sociedade brasileira. No Código de Ética os objetivos estão fundamentados na definição mais abrangente do compromisso com os usuários, e tendo como principais valores a liberdade, a democracia, a cidadania, a justiça e a igualdade social.

Ao observar os objetivos anteriormente expostos, parte-se então, para uma nova interrogação, *como pensar as ações profissionais?*

Através do questionário, foram identificadas as seguintes ações desenvolvidas pelo assistente social: mediar interesses entre capital X trabalho, defender o acesso a serviços básicos / questão de direitos, propor políticas de atendimento / inclusão social e intervir nas situações problemas.

Essa questão revelou semelhanças nas respostas obtidas, porém, no questionário a pergunta apresentou-se de outra forma, ao invés de “ações” usou-se o termo “funções”. Sendo assim, somente o E2 corrigiu a palavra “funções” para o termo “ações”, a interpretação para a mudança de termo aparece claramente na resposta do E2:

“Funções: acho o termo complicado. Cabe bem dentro de uma concepção funcionalista de sociedade e profissão. Penso hoje que desenvolvemos ações, atribuições, enfim, temos projetos. Que o Serviço Social desenvolve as ações profissionais vinculadas a três grandes eixos de intervenção:

-Processos Político-organizativos;

-Processo de planejamento e gestão;

-Processos sócio-assistenciais ou de Intervenção em situações singulares.

As ações vinculadas à pesquisa e documentação são intrínsecas a todo processo interventivo”.

Conforme Costa (2000, p. 45), as atividades do Serviço Social estão prioritariamente concentradas em campos de atividades ou eixos de inserção, como por exemplo: ações de caráter emergencial, educação e informação, bem como, em planejamento e assessoria. Nesse sentido as principais atividades realizadas pelos assistentes sociais, identifica uma ampliação e redimensionamento das atividades e qualificações técnicas e políticas desses profissionais.

Os assistentes sociais devem estar participando sempre dos planejamentos, orçamentos, execuções, avaliações e alterações das políticas e serviços sociais de caráter preventivo, destinados a diferentes grupos e comunidades. Poderá também,

esse profissional estar intervindo em diferentes setores funcionais, utilizando diversas abordagens metodológicas, trabalhando no âmbito de um quadro organizacional amplo e prestando serviços sociais a diversos setores da sociedade. As ações do Serviço Social passam pela promoção, ensino, formação, desenvolvimento e conhecimento a respeito das práticas de serviços sociais e políticas de bem estar social. (ONU, 2003)

O E7 traz informações importantes, isto é, indica aonde o assistente social poderá buscar conhecimento sobre suas ações.

“As funções, por sua vez, estão definidas nos artigos 4º e 5º da lei 8662/93. estas atribuições seriam as genéricas que, ao lado daquelas estabelecidas pelos campos de trabalho especificamente, estariam compondo as funções, que são um tanto quanto variadas e singulares, conforme cada espaço de trabalho concreto”.

Verifica-se através desta resposta, que as ações desenvolvidas pelos profissionais de Serviço Social são previamente definidas. Assim sendo, formula-se uma próxima questão, *quem atribui as ações do assistente social?* Os entrevistados responderam o seguinte: Lei que regulamenta a profissão, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa, Conselho Federal de Serviço Social e Código de Ética do Assistente Social.

A maioria dos entrevistados (quatro)¹¹ colocou que as ações dos assistentes sociais são atribuídas pela Lei que regulamenta a profissão. O E4 expõe de uma forma objetiva essa resposta,

“Temos uma lei que regulamenta a profissão e expressa nossas atribuições. Lei 8662/93”.

A resposta do E7 contribui para o melhor entendimento da questão:

“as funções profissionais obedecem a um processo dialético, ou seja, devem atender as demandas socialmente produzidas, pelos usuários e mercado de trabalho, mas dentro dos parâmetros teórico-metodológico e ético-políticos

¹¹ Cabe ressaltar que um entrevistado não respondeu a esta pergunta.

formulado pela profissão coletivamente. Ainda assim, atendendo à função social do serviço Social no mundo de trabalho e na sociedade, com autonomia e responsabilidade preservadas”.

A resposta do E1, contribuiu para o esclarecimento das atribuições das ações do Serviço Social:

“Ao profissional assistente social é atribuído o papel de sujeito, portanto, um papel ativo, decisivo na delimitação do significado social da profissão. A função do assistente social é de intelectual, podendo desenvolvê-la a serviço da burguesia ou das forças populares ou da classe trabalhadora, ou para utilizar uma expressão mais atual e presente no Código de Ética, a serviço dos usuários”.

Segundo Iamamoto (2001, p. 26), os assistentes sociais trabalham com a questão social, ou seja, trabalham dentro das mais variadas expressões quotidianas, sejam elas no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Os profissionais de Serviço Social deverão decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão Social. Para isso, é necessário “tanto apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais – sua produção e reprodução ampliada – quanto projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida”.

4.2 Formação e construção da identidade profissional

Pensar na formação profissional nos dias de hoje, significa preocupar-se em construir no âmbito do Serviço Social, conforme Iamamoto (2001, p.168) “uma proposta de formação profissional conciliada com os novos tempos”. Onde os profissionais deverão estar comprometidos com os valores democráticos, para que a sua prática se desenvolva dentro de uma visão de cidadania na vida social.

Segundo Guerra (2003, p.3), o Serviço Social inserido na divisão do trabalho atua nos meios de produção material e reprodução ideológica da vida social. Para tanto, compreende que a profissão tem uma regulamentação, um projeto ético-político e um projeto de formação profissional, bem como, uma direção social e um perfil determinado de profissional. Por esta razão, o questionário apresentou uma pergunta aos entrevistados, *os cursos de graduação devem se preocupar em definir o que é o Serviço Social?*

As respostas obtidas foram variadas, porém, todos os entrevistados se mostraram a favor da importância de definir o que é o Serviço Social. No entanto, serão transcritas abaixo todas as respostas, com o objetivo de apresentar ao leitor uma visão ampla da importância de compreender o Serviço Social, para poder atuar como profissionais comprometidos com a questão social.

O E1 responde:

“Sim, mas deve-se estar atento ao fato das limitações que qualquer definição apresenta na medida em que elas não conseguem e não podem captar a potencialidade existente em qualquer profissão bem como, incorporar a dinamicidade da sociedade em suas múltiplas manifestações. A definição deve ser uma orientação que sinalize para os graduandos o que historicamente representa a profissão, mas insisto em ressaltar que ela não deve ser um elemento que restringirá a análise e a ação investigativa com relação as identificação das (novas) demandas presentes na sociedade”.

O E2 salienta que,

“Para sermos assistentes sociais é necessário sabermos quem somos, o que fazemos e a quem servimos. Portanto se não sabemos o que é Serviço Social, temos a nossa própria identidade profissional comprometida”.

Já o E3 acrescenta,

“É essencial. O aluno deve contemplar na sua bagagem de formação profissional as: competências profissionais, a legislação que regulamenta a profissão, os espaços profissionais, a metodologia e o Instrumental, as referências de Legislações, políticas, a motivação para o trabalho, o respeito ao seu cliente e finalmente a sua postura profissional e a ética na profissão”.

O E4 comenta que,

“Sim, sempre. É a base, como você desempenhará o exercício profissional sem saber o que é Serviço Social e o que ele demanda? Precisamos buscar superações, temos lei, código de ética que nos dá um norte ético-político, instrumentos de trabalho, que são as ferramentas para atuação”.

Na visão do E5,

“Devem se preocupar, sim, pois estarão contribuindo para a formação da identidade profissional, maior reconhecimento da profissão e auto-estima das futuras profissionais”.

O E6 observa que,

“Sim. Na busca de uma melhor compreensão sobre a profissão, que permite um aprimoramento e qualificação na formação”.

Todavia o E7 ressalva,

“A definição legal deve ser ensinada. A tradução da lei na realidade concreta, via construção do projeto de trabalho, funções e atribuições específicas também precisam ser elaboradas pedagogicamente, nas disciplinas de caráter interventivo”.

Contudo o E8 esclarece,

“Eu, como tenho um longo tempo de formada, quase 35 anos, já vivenciei diversas definições sobre o Serviço Social. Gostaria de debater e refletir um pouco mais sobre essa questão: a definição do que é a profissão tem sempre um vetor endógeno que muitas vezes obscurece a apreensão do que é realmente o Serviço Social. Esse viés tem provocado diversos equívocos, por exemplo quando os assistentes sociais negaram a ação assistencial porque não coincidia com o ideário de transformação social que prevalecia na vanguarda da categoria. A definição é importante pois determina o perfil que se quer do profissional e direciona o projeto de formação dos futuros assistentes sociais”.

As respostas apresentadas mostram que as Escolas de Serviço Social devem sim, definir o que é o Serviço Social, o entendimento e a compreensão desse, contribuirá para a formação e construção do perfil profissional. Porém, o E1 ressalta que a definição não deve se tornar um elemento conclusivo, fechado a análise e a ação investigativa das novas demandas que aparecem na sociedade. Segundo a afirmação de Guerra (2003, p.3), as reflexões sobre a formação

profissional deverão estar articuladas, caso contrário, “qualquer tentativa de formar profissionais críticos e compromissados será frustrada”.

Essa mesma autora esclarece que, a profissão tem uma dimensão formativa, ou seja, todos os assistentes sociais possuem competência para atuar no âmbito da formação em dois níveis : “da formação de opinião e da formação profissional”. Por formação de opinião entende-se que os assistentes sociais constituem em profissionais da coerção e do consenso, os quais exercem uma influência na vida dos sujeitos que demandam seu exercício profissional. Já por formação profissional percebe-se como uma constituição de responsabilidade legalmente atribuída aos assistentes sociais.

É importante destacar aqui, que as Escolas de Serviço Social são essenciais para a formação do profissional. As atribuições do assistente social constituem dentre outras, no treinamento , na avaliação e na supervisão direta de estagiários de Serviço Social. porém, as escolas nem sempre capacitam para essa atribuição, não há um acompanhamento e capacitação sistemática do corpo de supervisores. (GUERRA, 2003, p.11).

Sendo assim, as respostas levantadas com esta questão apontam para a continuidade do processo de construção de um projeto de formação profissional do assistente social que consiga formular propostas de ação, alimentando um fazer profissional criativo e inventivo. Ressalva Neto (1993, p.28), a formação profissional deve contemplar a criticidade e a construção do universal a partir do particular, do diferente do diverso e do desigual, tornar-se-ia uma perspectiva fértil em relação a uma profissão como o Serviço Social.

Outra questão levantada foi: *O Serviço Social é uma profissão?* Através das respostas colhidas, percebe-se que todos os entrevistados consideram o Serviço

Social como sendo uma profissão legitimada oficialmente pela regulamentação da profissão e, que obedece a um Código de Ética. As respostas do E2 e do E3 merecem destaque, visando elucidar a questão.

O E2 diz que o serviço Social é uma profissão,

“ Porque ela está regulamentado, através da Lei – como uma profissão. Ele tem um conjunto estruturado de conhecimento que compõe um currículo articulado para a formação de assistentes sociais. Isto dá sustentação a existência de um curso de Serviço Social reconhecido e regulamentado pelo MEC. Os cursos de Serviço Social para serem regulamentados devem estar de acordo com as diretrizes curriculares do MEC. As atuais diretrizes foram construídas coletivamente pela categoria profissional na década de 90”.

Para tanto, o E3 observa o Serviço Social como profissão porque,

“Tem atribuições bem definidas enquanto profissão, um corpo de conhecimentos teóricos específicos e que se relacione com outras ciências como sociologia, filosofia, psicologia, saúde, direito, etc. Além disso é reconhecida por Lei e como profissão é requisitada para o atendimento de diversas demandas como: criança, adolescente, relações trabalho, 3ª idade, saúde e qualidade de vida, etc”.

Iamamoto (2001, p.107), afirma que a história profissional mostra que o Serviço Social se constituiu como uma profissão, dotada de ampla e fértil produção intelectual. Esclarece também, o assistente social desempenha sua profissão, dentro de um processo de trabalho coletivo e organizado, e busca atingir as necessidades dos seus usuários, no que diz respeito aos direitos tanto matérias quanto sociais.

O conhecimento do Serviço Social é ligado diretamente com atividades humanas, sua prática não é entendida apenas como agir, porém, é vinculada a um agir intencionado visando a transformação. (PINTO, 1993)

Indagou-se ainda através do questionário se este considera que *existe uma crise de identidade no Serviço Social?* Seis entrevistados pontuaram que não existe

crise de identidade no Serviço Social.¹² Porém, quatro respostas apresentam elementos importantes para a observação.

O E1 e o E6 argumentam que é a sociedade que está em crise, isto é, a crise da sociedade, provoca em qualquer profissão desafios e/ou insatisfações.

O comentário do E1 recupera que a existência de uma crise foi discutida na década de 70, e que considera-se relevante destacar:

“Em 1976 Natalio Kisnerman em seu livro ‘Ética para o Serviço Social, p. 45 , afirmava o ‘Serviço Social apresenta hoje em termos de duas fundamentais condições : ser adaptador ou ser agente de mudanças, trabalhar na neutralidade doutrinária ou trabalhar na realidade... Conseqüência disto é o estado atual de crise de identidade que apresentou a profissão.... O Serviço Social está em crise porque existe uma verdadeira crise vocacional da qual teremos que tomar a devida consciência se quisermos conseguir um status na social e que o Serviço Social seja ciência e não se sirva apenas de outras disciplinas’. Penso que com relação a este aspecto apresentado pelo autor o Serviço Social avançou e não é possível mais dizer que encontra-se em crise, contudo o processo para o Serviço Social constituir-se uma ciência demonstra que é preciso avançar. Rose Mary de Souza Santos também em seu artigo A crise da materialidade do Serviço Social , abordará que a diminuição do oferecimento dos recursos materiais, até então realizado pelos assistentes sociais, pode ocasionar uma crise de legitimação da profissão, de fato pode, mas como posteriormente afirmou a autora os profissionais de Serviço Social devem problematizar com os usuários as causas da ausência e/ou escassez de recursos. Cabe destacar que a profissão tem demonstrado que desempenha também ações sócio-educativas e estas também vem se constituindo elementos para legitimá-la; assim sendo identificar a profissão com o fornecimento de recursos materiais e/ou serviços pode expressar uma visão restrita da profissão. Contudo , como parte da população identifica no profissional esta atribuição faz-se necessário estabelecer um canal de comunicação com estes visando esclarecê-los com relação a esta questão”.

O E6 de uma forma mais sucinta esclarece,

“A civilização, as sociedades é que tem ‘crises’. E o Serviço Social como profissão que atua no desequilíbrio, nas desigualdades, que tem que estar permanentemente buscando entender estas novas situações”.

Segundo Pinto (1993, p. 29), a crise de identidade do Serviço Social não é considerada como sendo uma nomenclatura de inferioridade ou até mesmo de fontes perversas, “todos nós vivemos em crise permanente, porque a realidade está

¹² Cabe ressaltar que dois entrevistados não responderam esta pergunta.

eternamente em crise”. Assim, a crise pode tornar-se um elemento importante se o assistente social souber questionar sua prática, e conseguir reformulá-la.

A resposta do E7 apresenta outro aspecto:

“Reconheço crise de identidade do profissional individualmente, não da profissão em si”.

Embora este entrevistado não explicita seu entendimento sobre as causa que levaria a existência de uma “crise de identidade profissional individual”, pode levantar que talvez esta deva ser por falta de conhecimento sobre a área de atuação e/ou condições de trabalho.

Já o E8 proporciona informações, como:

“Não penso que ocorra uma crise de identidade no Serviço Social, já vivi muito essa profissão para perceber que está sempre em renovação (o que é considerado por muitos como crise de identidade), o que vejo com uma grande conquista uma vez que intervimos sobre ‘variáveis empíricas’ que estão em constante alteração. Evidente que as transformações atuais pelas quais passa a sociedade brasileira exigem novos parâmetros para a ação mas daí a afirmar a existência de uma crise, só se for pela incapacidade de respostas de alguns profissionais”.

Com efeito esta resposta se identifica com as afirmações levantadas por Iamamoto (2001, p.172), descobrir as possibilidades parcialmente ocultas na sociedade, permitiram vislumbrar novos rumos sociais, que levarão a rompimento de possíveis amarras que ameaçam as ações profissionais. “A formação profissional com o mercado de trabalho é condição para se preservar a própria sobrevivência do Serviço Social”, isto é, o Serviço Social como qualquer outra profissão “depende de sua utilidade social”, isto é, uma profissão capaz de atender as necessidades de sua demanda.

4.3 Avanços e desafios que norteiam o fazer profissional

O texto elaborado pela Comissão de Orientação e Fiscalização Profissional, do Conselho Federal de Serviço Social (2003) informa que, a atuação do assistente social se faz desenvolvendo ou propondo políticas públicas que possam responder pelo acesso dos segmentos de populações aos serviços e benefícios construídos e conquistados socialmente, sendo assim, uma outra questão que considerou pertinente neste trabalho diz respeito, às *áreas de atuação que o assistente social poderá estar exercendo suas ações*.

As respostas obtidas com o questionário, levantaram inúmeras áreas onde os profissionais de Serviço Social poderão exercer suas ações¹³. Os entrevistados apresentam que o assistente social poderá atuar em áreas como: assistência, ecologia, saúde, habitação, política e educação, bem como em movimentos sociais, assessoria aos Conselhos, sindicatos, ONG's, entidades assistenciais, relações de trabalho e de gênero, questões de violência, economia solidária e Escolas com portadores de necessidades especiais. A de salientar que as Instituições que requisitam um profissional de Serviço Social, se ocupam de problemáticas relacionada à criança e adolescente, adultos, idosos, minorias étnicas e demais expressões da questão social.

O assistente social tem-se caracterizado pelo seu interesse, competência e intervenção na gestão de políticas públicas, contribuindo efetivamente na construção e defesa delas, onde pode ser destacado , o Sistema Único de Saúde – SUS, Lei

¹³ Cabe ressaltar que dois entrevistados não responderam a pergunta.

Orgânica da Assistência – LOAS e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. (COFI, 2003).

O E8 trouxe em sua resposta um elemento para reflexão.

“O assistente social pode atuar em inúmeras áreas mas não depende dele unicamente. Entendo que a expansão das áreas de atuação vai ocorrendo na medida em que o profissional consiga resgatar os novos objetos de intervenção estabelecendo propostas condizentes e concretas sobre os mesmos. Em tempos de complexificação de demandas há que saber reconhece-las para intervir. Mas há um limite: é uma profissão que não tem autonomia individual, sempre o exercício profissional ocorre em instituições públicas ou privadas, onde limites orçamentários definem a expansão ou não do mercado de trabalho”.

Esta resposta vem de acordo com as colocações realizadas por Cavalcante (2003), onde a autora destaca que o assistente social deverá identificar-se com o projeto social de seu empregador, o que não deverá significar o comprometimento de sua visão crítica, mais sim que deve haver um mínimo de comunhão entre propostas que o profissional desenvolve, e as propostas da organização a qual está inserido.

Verifica-se, que o projeto profissional é um processo contínuo que se constrói no cotidiano, sendo assim, a necessidade de expandir as áreas de atuação do assistente social torna-se fundamental. Procurando conhecer como os professores do Departamento de Serviço Social da UFSC vêm está questão, indagou-se aos entrevistados. *Deve-se procurar expandir às áreas de atuação do assistente social?* Três respostas oferecem para o leitor um melhor entendimento.¹⁴

A importância de inserir o assistente social no mercado de trabalho é enfatizada pelo E1, da seguinte forma:

“Sim, considerando o número de profissionais que vem sendo formados , bem como o enfrentamento dos graves problemas sociais é fundamental garantir a inserção do profissional em áreas onde sua atuação já se encontra consolidada , bem como ampliar sua atuação em outras áreas. Para isto ocorrer faz-se necessário:

¹⁴ Cabe ressaltar que dois entrevistados não responderam a pergunta.

-estimular junto aos futuros profissionais um espírito empreendedor, sua capacidade investigativa e propositiva frente às novas áreas;
-o Serviço Social também deve fazer uso do “marketing social”, em sua melhor concepção, para fazer chegar a sociedade uma visão mais realista da profissão. Contudo, tais iniciativas serão insuficientes se o MEC não atuar mais ativamente no processo de avaliação das Faculdades, Departamentos de Serviço Social, pois para uma melhor imagem da profissão também se faz necessário os profissionais do ponto de vista teórico, técnico e político serem melhor formados;
-os graduandos terem proficiência em outras línguas como o inglês, francês e o espanhol;
-os profissionais relacionarem-se abertamente com outros profissionais que ingressaram no setor de serviços sociais garantindo através de sua competência uma concorrência ética;
Habilitarem –se em trabalhar junto aos movimentos sociais bem como em empresas, procurando conhecer o projeto de seus empregadores, o que não significa não ter uma visão crítica, e ações propositivas”.

As informações colhidas nesta resposta, têm haver com os argumentos realizados por Cavalcante (2003, p.2), “ocupar espaços significa ampliar horizontes de nossa formação, agregando a mesma, outras qualificações”. Todavia, o assistente social deverá estar em aprendizado contínuo, ou seja, aprender outra língua, dominar conceitos (ex. terceiro setor), ter um bom relacionamento com outros profissionais, ter noção de administração, habilitar a trabalhar no setor de Recursos Humanos de empresa, saber desenvolver ações em Marketing Social e principalmente preocupar-se com sua imagem pessoal.

O E4, traz as seguintes propostas para expandir as áreas de atuação do assistente social, são elas:

“Divulgação, mobilização, temos que publicizar o trabalho do Serviço Social, mostrar a importância desse profissional nos diversos locais públicos ou privados. Mostrar experiências positivas, criatividade, liderança, adaptação ao mundo das mudanças. É juntar conhecimento e habilidades (pessoais)”.

Já a resposta do E8 propõe um compromisso com a ética profissional,

“Tornar o assistente social cada vez mais competente para atuação, para dar as respostas que a sociedade lhe pede, sempre mantendo o Código de ética como horizonte, especialmente em tempos de recesso de cidadania. A expansão das áreas de atuação reside na capacidade enxergar a possibilidade de uma nova área de atuação e dar o retorno ao que é solicitado. Lembrar que a sociedade é

complexa e com interesses extremamente contraditórios, sendo que a competência profissional está em transitar pelos mesmos sempre lembrando do nosso compromisso ético”.

Conforme Almeida (2003, p.7) a formação ética é essencial para o desvelamento crítico do significado das escolhas individuais, como também nos projetos coletivos. A ética serve para orientar a construção de respostas profissionais mediante os desafios quotidianos.

Ao observar as áreas de atuação e a necessidade de expandi-las, avaliou-se ser igualmente importante levantar, do ponto de vista dos professores/entrevistados, *quais os limites existentes para a inserção do assistente social no mercado de trabalho*. Os entrevistados levantaram os seguintes limites: formação acadêmica pouco consistente teoricamente, crise econômica, precarização do trabalho, baixo grau de exigência da sociedade com relação à qualidade dos serviços prestados a população de baixa renda, a falta de vontade política dos gestores públicos em garantirem um alto grau de qualidade dos serviços prestados, desconhecimento da competência do assistente social, falta de prioridade para as políticas sociais e o não reconhecimento das necessidades sociais, isto é, a falta de atenção à questão social.

Segundo Cavalcante (2003), o mercado de trabalho para o Serviço Social exige agilidade e senso de oportunidade, bem como, capacidade de desenvolver diversas habilidades profissionais em diferentes trabalhos, sendo esses em comunidade, família, empresa, presídio, saúde, etc. Os limites existentes para a inserção do assistente social no mercado de trabalho têm haver com a falta de questionamentos que possibilitem a discussão de oportunidades para o crescimento da profissão no mercado de trabalho, tais como: qual a área em que a demanda está

mais atraente, qual o setor emprega mais, como buscar melhores remunerações, etc.

Assim sendo, os entrevistados respondem uma nova questão, *o que deve ser feito para ampliar o mercado de trabalho?*

Para o E4 é necessário,

“criar ações mais efetivas no controle da exploração profissional ex.: piso salarial. É uma profissão liberal, porém, relativa pois acaba ficando a mercê de um empregador; b) mostrar que o Serviço Social pode atuar em outras áreas como as empresas privadas voltadas para tecnologia/informática”.

O E6 argumenta que,

“A luta pela retomada de projetos governamentais e a parceria com segmentos da sociedade civil organizada poderá abrir mais espaços profissionais para o assistente social”.

O E1 acrescenta que,

“Os CRESS deveriam ter uma maior atuação junto às entidades assistenciais , bem como junto ao poder público . Para que a atuação dos CRESS fossem mais efetivas e eficazes cada profissional,ou melhor, todos os profissionais precisariam estar mais próximos do órgão contribuindo para que suas finalidades fossem realmente alcançadas. Também os graduandos deveriam procurar conhecer mais e iniciar a participar das atividades dos CRESS”.

Além desses elementos abordados pelos entrevistados, um outro tão importante quanto, não poderá deixar de ser mencionado neste estudo, isto é, a necessidade de articular a formação profissional com o mercado de trabalho. Segundo Iamamoto (2001, p.171), a formação profissional não deve se confundir simplesmente como sendo uma exigência do mercado, numa perspectiva instrumental, subordinada a formação universitária. A exigência proposta é de uma formação profissional sintonizada com o mercado de trabalho, a qual permitirá detectar as expressões de tendência dominantes do processo de acumulação capitalista e das políticas governamentais.

Por meio dessa renovação, busca-se no Serviço Social assegurar sua conciliação com a história presente, capaz de decifrar as necessidades e condições da sociedade brasileira, de modo a ter propostas que possibilitem afirmar a profissão, como sendo essa necessária no espaço e tempo dessa sociedade.(IAMAMOTO, 1993, p.102)

No decorrer de sua história o Serviço Social vem se consolidando como uma profissão, e os avanços obtidos pela categoria comprovam. E foi com o objetivo de se conhecer e atualizar quais são os avanços identificados mais recentemente do ponto de vista dos professores do Departamento de Serviço Social da UFSC, é que foi elaborada a questão: *quais os avanços que o Serviço Social conquistou a partir da década de 80?* Sete entrevistados¹⁵ enfatizaram os seguintes avanços: afirmação do Serviço Social no âmbito acadêmico: ampliação dos cursos de pós-graduação, mestrados e doutorados no País, novas definições técnicos-acadêmicas, estatuto acadêmico consolidado, novas diretrizes para Curso de Serviço Social, ampliação da produção teórica, bem como do número de periódicos e revistas e também o reconhecimento pelo CNPq.

Conforme Jorge apud Iamamoto (1999, p.128). o significado social da profissão está dirigindo-se cada vez mais para os campos investigativos e interventivos da realidade. Assim, o projeto de formação dos profissionais de Serviço Social deve reforçar a necessidade de aquisição de conhecimentos teóricos baseados em pressupostos, sustentados no debate científico.

Os entrevistados acrescentaram em suas respostas outros avanços, como por exemplo: início da organização do Serviço Social no Mercosul, reconhecimento da importância do profissional em áreas como: criança e adolescente, habitação entre

¹⁵ Um dos entrevistados deixou a questão sem resposta.

outras, análise realizada pela profissão no contexto da sociedade capitalista, ampliação dos debates sobre as políticas e a democracia, construção de um código de ética que baliza a ação profissional em direção às camadas populares e trabalhadores, reformulação da Lei que Regulamenta a Profissão, maiores representações políticas, abertura de novos campos de atuação, melhoria das comunicações através de redes de informática, processo de organização política da categoria, contribuição no debate e na formulação da construção das políticas públicas (LOAS, ECA) e dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, a intensa participação da categoria profissional nos debates sobre os direitos de cidadania social, o papel do Serviço Social como vanguarda na discussão da assistência social e a construção de um projeto ético-político e um projeto de formação profissional compatível com o mesmo.

O assistente social é um profissional que possui competências para investigar e intervir na realidade, assim, os avanços para a formação profissional devem se sustentar em princípios que focalizem ações educativas.(JORGE, 1999).

Segundo Jorge (1999, p. 129),

“Ilusórias são as propostas que demandam pesquisas nas áreas tecnológicas em detrimento das sócio-humanistas, como se as primeiras fossem em si neutras, independentes e responsáveis, isoladamente, pelo desenvolvimento socioeconômico do país. Seus resultados só terão o suposto sucesso se apreendidas e acatadas por um povo capaz de reconhecê-las como parte do seu processo de avanço e crescimento”.

Todavia, o assistente social como qualquer outra profissão, tem que enfrentar no seu dia-dia a afirmação pelo espaço profissional, como forma de garantir a própria reprodução, ou seja, a sobrevivência no mercado de trabalho. Observa-se que, a prática profissional depende de desempenho e/ou ajustamento de acordo aos padrões das novas tecnologias de extração de mais trabalho. (COLMAN,2003, p.8)

Finalmente, procurou-se através da última questão levantar os desafios existentes para os profissionais de Serviço Sociais a partir da década de 80. Sete entrevistados¹⁶ pontuaram os seguintes desafios: ampliar a capacitação dos profissionais e dos docentes na elaboração , execução e avaliação de planos, programas e projetos na área social; desenvolver estratégias que permitam viabilizar a participação dos usuários nas decisões ; ter capacidade de identificar demandas presentes na sociedade, visando à formulação de respostas profissionais; intervir profissionalmente com consciência nas situações que se apresentam e nos interesses individuais e ou coletivos dos usuários de Serviço Social; solidificar os aspectos teóricos-metodológicos do processo de trabalho; articular profissão e realidade; conquistar mais espaços no mercado de trabalho; disseminar estratégias de capacitação continuada para a totalidade dos assistentes sociais.

Salienta Iamamoto (2001, p.75), o grande desafio do assistente social diz respeito a criatividade, ou seja, re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual, traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista de cidadania.

Outros desafios apresentados têm haver com incentivo a publicações que apresente e analise o Serviço Social em termos de : América –Latina, Mercosul, etc., visando apresentar as diferenças e semelhanças da profissão em diferentes países e/ou continentes, bem como, fazer frente ao processo de desmonte das políticas sociais e a (re) filantropização da assistência social, estabelecer um piso para a categoria, aprovar uma lei que obrigue as entidades consideradas

¹⁶ Um entrevistado deixou a pergunta sem resposta.

assistenciais a terem o profissional em seu quadro funcional, manter a coesão em torno das conquistas especialmente dadas as condições de retorno ao individualismo e a negação da cidadania social que se vem assistindo e, principalmente despertar nos profissionais à vontade de participar como sujeitos políticos através da ação dos Conselhos e outros organismos da categoria.

Salienta Iamamoto (1993, p.103), os processos históricos sempre impuseram limites nos potenciais alternativos para o exercício profissional, assim sendo, o maior desafio que o assistente social deverá enfrentar, diz respeito às elaborações das alternativas de mudança para o fazer profissional, ou seja, de modo que essas mudanças se configurem como desafios na esfera da intervenção e da produção de conhecimentos, e se transformem em propostas de ação e de pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações expostas a seguir foram elaboradas com o objetivo de apresentar elementos que possam contribuir para elucidar as interrogações apontadas na parte introdutória desse trabalho, os objetivos propostos e os resultados alcançados.

O objetivo geral desta monografia: analisar as concepções do Serviço Social no quadro docente do Curso de Serviço Social da UFSC, identificando os objetivos, as ações e os limites enfrentados pelos profissionais na contemporaneidade, foi atingido parcialmente, isto é, a pesquisa aplicou vinte e sete questionários entre professores efetivos e substitutos, assim obteve um retorno de oito questionários respondidos. Entre as respostas colhidas foi possível analisar e levantar elementos referentes ao Serviço Social, os quais contribuem para a compreensão do fazer profissional na contemporaneidade.

Tendo em vista tal objetivo, recuperou-se a história do Serviço Social focalizando o Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil e através da revisão bibliográfica foi possível mostrar elementos importantes, sendo estes acontecimentos políticos e sociais, que fizeram parte da história do Serviço Social no Brasil, bem como, as mudanças que ocorreram no interior dessa categoria profissional. Apresentou-se a pré- Reconceituação com o intuito de entender a forma de pensar o Serviço Social antes ao Movimento de Reconceituação no Serviço Social, para então observar as mudanças ocorridas após esse Movimento.

Levantou-se concepções sobre o Serviço Social e o seu fazer profissional, onde foram expostos os entendimentos sobre o fazer profissional dentro do momento histórico, recuperado no trabalho. Foi possível observar a evolução do trabalho do

assistente social, desde sua implantação no Brasil até os dias atuais, sendo que as respostas obtidas através do questionário foram de grande importância para o entendimento do Serviço Social na contemporaneidade.

Verifica-se que as áreas as quais os assistentes sociais atuaram no início da profissão no Brasil, sofreram muitas modificações. Através dos questionários dos questionários respondidos foi possível perceber o surgimento de novos espaços de trabalho para os assistentes sociais, sendo que, esses deverão estar se especializando, ou seja, manter-se em aprendizagem contínua, para atuarem como profissionais propositivos.

Os questionários respondidos permitiram, identificar os avanços que os profissionais de Serviço Social alcançaram desde a prestação de seus serviços no Brasil até os dias atuais, bem como, os desafios enfrentados pelos assistentes sociais. Assim, também observou-se os novos desafios que deverão ser assumidos pela categoria profissional, com o objetivo de legitimar cada vez mais a profissão.

No que se refere a compreensão dos acadêmicos do Curso de Serviço Social da UFSC, sobre a profissão de assistente social, agregando valor e informação de forma continuada e que possam ser aplicadas, não será possível ser avaliado, todavia espera-se ter contribuído para tal.

O Serviço Social vem se transformando historicamente. Foi considerado até uma arte, uma ciência, uma prática e uma disciplina. Contudo atualmente o Serviço Social é uma profissão que trabalha para atender as inúmeras questões sociais existentes, e estas estão relacionadas à saúde, a educação, a violência, a habitação, ao trabalho, entre outras. O assistente social desenvolve trabalhos que objetivam ampliar o conhecimento das pessoas e principalmente busca defender, garantir os direitos de todos os sujeitos que se encontram em situação vulnerável

e/ou em risco social, como também, busca através da informação, tornar as pessoas conhecedoras de seus direitos.

Verifica-se com este trabalho que, o Serviço Social é um conjunto de habilidades que envolvem conhecimentos teórico-metodológico-político, articulação de interesses, mediação no que diz respeito a correlações de forças, criatividade, competência teórica, segurança, análise crítica e respeito aos direitos dos usuários dos serviços profissionais.

As atribuições do assistente social são regulamentadas pelo Código de Ética do assistente social e pela Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/93, sendo que essas, poderão sofrer reformulações, quando houver necessidades. Todavia, as reformulações somente poderão ocorrer através de movimentos democráticos, dentro da categoria profissional.

As ações desenvolvidas no exercício profissional do assistente social são destinadas aos diferentes atores que constituem uma sociedade, buscando assisti-los dentro da realidade e/ou situação de vulnerabilidade que se encontram. No que se refere aos objetivos do Serviço Social, atualmente entende-se ser estes: garantir e ampliar os direitos sociais e humanos, a todos os níveis e em todas as ocasiões. Intervindo, conscientizando, promovendo, assistindo, prevenindo, capacitando e defendendo seus usuários, bem como, estar buscando conhecimentos para poder inovar e participar das políticas sociais com intuito de consolidar a democracia.

A sociedade brasileira atualmente apresenta aos profissionais alguns desafios, como: ampliar as possibilidades e alternativas para o trabalho do profissional de Serviço Social, junto à realidade vivenciada. Apreender a formular propostas dentro de um processo ético-político, que enfatize soluções para os problemas existentes,

tais como: desemprego, exclusão e desigualdades sociais, precarização nos trabalhos, violência, entre outras.

Compete ressaltar que os entrevistados consideram que as Escolas de Serviço Social devem se preocupar em transmitir uma definição clara sobre o Serviço Social. A importância passa fundamentalmente em formar profissionais que sejam conhecedores de suas ações, isto é, profissionais que tenham um perfil definido, possibilitando um melhor conhecimento e entendimento profissional.

No entanto, há preocupação das Escolas de Serviço Social em formar profissionais conhecedores de suas ações? Qual o perfil dos novos profissionais?

Um outro aspecto observado nesse estudo, refere-se ao entendimento do Serviço Social por parte dos entrevistados, estes escrevem e pensam sobre o exercício profissional do assistente social dentro de uma visão contemporânea.

Fundamentalmente encaminha-se como propostas: a continuidade desse trabalho, no sentido de consolidá-lo e servir de referência para a avaliação de conhecimentos sobre o Serviço Social. O incentivo à realização de outros trabalhos associados ao tema, já que muitas são as necessidades de aprofundamento e aperfeiçoamento, como por exemplo: um estudo sobre as estratégias e táticas de enfrentamento aos desafios postos ao Serviço Social na atualidade; a formação profissional na contemporaneidade; uma análise do novo currículo do curso de Serviço Social da UFSC, entre outros.

Uma outra proposta, seria a elaboração de um material didático/pedagógico com a participação dos alunos do curso de Serviço Social da UFSC, o qual poderia trabalhar elementos para o entendimento do Serviço Social e do fazer profissional. Ser uma referência bibliográfica para a disciplina - Introdução ao Serviço Social e o Serviço Social na Contemporaneidade.

Como uma última proposta, sugere-se a formulação de um laboratório de aprendizagem contínuo, que focalizasse as ações do assistente social na contemporaneidade e, que possibilitasse o entendimento e compreensão dos termos técnicos que fazem parte do Serviço Social. O laboratório poderia ser dividido por unidades a serem estudadas e, essas se complementassem a cada semestre, tais como: laboratório nº 01 até o laboratório nº 08, e que fosse incluído também nesses laboratórios (ex. últimas unidades) os programas de assistência desenvolvidos atualmente no Brasil, bem como, questões inerentes a Previdência Social, pois o acesso aos benefícios sociais passa pela mediação do profissional de Serviço Social.

Contudo, percebe-se que o Serviço Social pode ser também um conjunto de habilidades que envolvem conhecimentos teóricos-metodológicos-políticos, bem como, é uma profissão que trabalha com articulações de interesses, mediação em correlações de força, sendo que, os profissionais deverão possuir também criatividade, competência teórica, segurança, análise crítica e principalmente respeito aos direitos dos usuários dos serviços profissionais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Helena. **Serviço social ética, deontologia & projectos profissionais**. Disponível em: <<http://www.cpihts.com/Library/Deont.htm>>. Acesso em: 17 maio 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14.724**: informação e documentação – Trabalhos acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024**: numeração progressiva. Rio de Janeiro: ABNT, 1989.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027**: sumário - procedimento. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

BACKX, Sheila de Souza. **Serviço Social**: reexaminando sua história. Rio de Janeiro: CJ Editora AS, 1994.

BLANCO, Maria et al. La reconceptualización del trabajo social: contexto, propuestas y críticas. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2003.

CAMPELO, Lúcia Maria Freire. **Serviço social organizacional: teoria e prática em empresa**. São Paulo: Cortez, 1983.

CAVALCANTI, Maria Tereza Leal. **Assistentes sociais & mercado de trabalho**. Disponível em: <<http://www.pessoalsercomtel.com.br/colman/document.htm>>. Acesso em: 20 abr., 2003.

CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE SERVIÇOS SOCIAIS – CBCISS. 2 Ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986

COLMÁN, Evaristo. **O que é o Serviço Social? Vigência de um “velho” problema e desafio para a formação profissional.** Artigo distribuído pelo Projeto Serviço Social na Rede do Departamento de Serviço Social da UEL. Disponível em: <www.sercomtel.com.br/colman/documen.htm>. Acesso em: 30 mar. 2003.

COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL – COFI/CFESS. **Sobre a profissão do serviço social.** Disponível em: <[http://www. Cress-sc.org.br/conselho/cruriosidades/profissao.htm](http://www.Cress-sc.org.br/conselho/cruriosidades/profissao.htm)>. Acesso: 31 maio 2003.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições privativas do (a) Assistente Social:** em questão. Brasília: CFESS, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética profissional dos assistentes sociais.** Disponível em: <[http://www. Cress.org.br/Codigo_de_estica.htm](http://www.Cress.org.br/Codigo_de_estica.htm)>. Acesso em: 07 jun., 2003.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Lei de regulamentação da profissão – Lei nº 8.662/9.** Disponível em: <[http://www. Cress.org.br/Codigo_de_estica.htm](http://www.Cress.org.br/Codigo_de_estica.htm)>. Acesso em: 07 jun., 2003.

COSTA, Maria Dalva Horácio da. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 62, p. 34-71, 2000.

ESPÍNDOLA, Andréa Lana da Silva Costa. **As transformações no mundo do trabalho e os novos desafios para o serviço social.** 111f, 1999. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) Universidade Federal de Santa Catarina.

ESTEVÃO, Ana Maria R. **O que é o Serviço Social**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FALCÃO, Maria do Carmo Brant de Carvalho. **Serviço Social: uma nova visão teórica**. 4 Ed. São Paulo: Moraes. 1981.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Espaço institucional e espaço profissional**. Revista Serviço Social e Sociedade. Set, 1979.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégia em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1997.

FARIAS, Patrícia Zimmermann de. **Serviço Social e Recursos Humanos: uma nova perspectiva de intervenção**. 82f, 1998. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) Universidade Federal de Santa Catarina.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GUERRA, Yolanda. **O ensino da prática no novo currículo: elementos para debate**. Disponível em:

<<http://www.pessoalsercomtel.com.br/colman/document.htm>>. Acesso em: 20 abr., 2003.

IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 1991.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Ensino e pesquisa no serviço social: desafios na construção de um projeto de formação profissional. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 6, p. 101-116, set., 1993.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. Fortaleza: CRESS/SC, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

JORGE, Maria Rachel Tolosa. A construção curricular no ensino de serviço social: processo permanente. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 10, n. 61, p. 127-151, nov., 1999.

LIMA, Maria Helena de Almeida. **Serviço Social e sociedade brasileira**. São Paulo: Cortez, 1982.

MELO, Magnólia Maria da Rocha. **A influência do pensamento marxista no Serviço Social brasileiro a partir da década de 80**. Disponível em: <<http://www.pessoal.sercomtel.com.br/colman/document.htm-47k>>. Acesso em: 30 abr. 2003.

NEVES, Vânia Elizabete Lorenzi Neves. **Supervisão: Fator de crescimento profissional em Serviço Social**. 1983. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) Universidade Federal de Santa Catarina.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Manual para escolas profissionais para serviço social: direitos humanos e serviço social. Disponível em: <<http://www.dgsi.pt/bdgi.nsf/0/99d0314ec878661e80256cc600435811?Opendocument-3k>>. Acesso em: 03 jun., 2003.

PAIVA, Beatriz A . Questão social e conjuntura brasileira: notas para o debate. **Caderno de Estudos**. Florianópolis, n.2. 1998.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

PAULO NETTO, José. **Notas sobre marxismo e Serviço Social, suas relações no Brasil e a questão do seu ensino**. In: Cadernos ABESS nº 04. São Paulo: Cortez, 1991.

PINTO, João Bosco G. Buscando uma metodologia de pesquisa para o serviço social: reflexões de um professor de pesquisa à margem dos paradigmas. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 6, p. 29-45, set., 1993.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. São Paulo: Cortez, 1995.

RIBEIRO, Edaléa Maria. **Teoria Metodológica I - DSS5104**. Aula ministrada no primeiro semestre de 1997, Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

SERRA, Rose Mary Sousa. **A prática institucionalizada do Serviço Social**: determinações e possibilidades. 4.ed. São Paulo : Cortez, 1987.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002. 311p.

SIMIONATTO, Ivete. Dimensões históricas e teóricas do Serviço Social na contemporaneidade e suas mediações. **Caderno de Estudo**. Florianópolis, n.2, 1998.

APÊNDICE

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO

Florianópolis, 12 de maio de 2003.

Prezado(a) Professor(a): _____

Eu, Sheila Crisitini Mineiro da Silva, acadêmica da 8ª fase do Curso de Serviço Social – UFSC, estou desenvolvendo meu Trabalho de Conclusão de Curso e este tem como tema: “O Serviço Social em Questão – elementos para uma melhor compreensão do Serviço Social e do fazer profissional”, e tenho como orientadora a Profª Rosana de Carvalho Martinelli Freitas.

Visando os objetivos da pesquisa, venho solicitar que responda o questionário que segue anexo.

Sua contribuição acompanhada de sua competência teórica, sem dúvida contribuirá significativamente para o enriquecimento do Trabalho de Conclusão de Curso.

Solicito a devolução do questionário **até o dia 27/05/2003**, no Departamento do Curso de Serviço Social, onde deixarei uma pasta identificada: Respostas Questionário TCC, aluna:Sheila, 8ª fase; e/ou por e-mail, sheilacristini@globocom.com. Se for de sua preferência, também poderá devolver o referido questionário por e-mail.

Sem mais, coloco-me a disposição através do telefone 247-0456 (residencial) e e-mail sheilacristini@globocom.com.

Certa de poder contar com sua colaboração, antecipadamente agradeço.

Sheila Cristini Mineiro da Silva

()

TEMA DA PESQUISA: "O Serviço Social em Questão – elementos para uma melhor compreensão do Serviço Social e do fazer profissional"

I – IDENTIFICAÇÃO

Nome (opcional): _____

Formação acadêmica:

Assistente Social () Outra () Qual? _____

Tempo de atuação como professor (a) universitário (a)?

6 meses a 2 anos () 3anos a 5 anos () 9 anos ()

mais do que 10 anos()

II - QUESTIONÁRIO

1. O que é o Serviço Social?

2. Quais são objetivos e funções do Serviço Social na sociedade brasileira?

Objetivos: _____

Funções: _____

3. Quem atribui as funções do Assistente Social?

4. Para quem se destina as ações do assistente social? Por quê?

5. O Serviço Social é uma profissão? Por quê?

6. Os Cursos de graduação devem se preocupar em definir o que é o Serviço Social? Qual é a importância desta definição para a formação profissional?

7. Quais são limites existentes na sociedade brasileira para a inserção do assistente social no mercado de trabalho? O que pode e/ou deve ser feito para ampliá-la?

8. Quais são os principais avanços obtidos e quais os desafios apresentados ao Serviço Social na sociedade brasileira a partir da década de 80?

Avanços: _____

Desafios: _____

9. Quais são as áreas de atuação para o assistente social? Na sua opinião onde o assistente social pode atuar mas ainda não o faz?

10. É necessário expandir as áreas de atuação do Serviço Social? O que deve ser feito para isto acontecer?

11. Muitos autores comentam sobre a “crise de identidade” do Serviço Social. Você concorda que há uma crise de identidade no Serviço Social? Em caso afirmativo por que isto acontece?

Poderá seu nome ser exibido no TCC, após descrever cada questão respondida? Sim () Não () Somente as iniciais ()

Data: ____ / ____ / ____.

ANEXOS

ANEXO A
CÓDIGO DE ÉTICA DE 1993

LEGISLAÇÃO

Princípios Éticos Fundamentais

- > Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- > Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- > Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- > Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- > Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- > Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- > Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- > Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
- > Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- > Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- > Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Código de Ética

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Compete ao Conselho Federal de Serviço Social:

- a) zelar pela observância dos princípios e diretrizes deste Código, fiscalizando as ações dos Conselhos Regionais e a prática exercida pelos profissionais, instituições e organizações na área do Serviço Social;
- b) introduzir alteração neste Código, através de uma ampla participação da categoria, num processo desenvolvido em ação conjunta com os Conselhos Regionais;
- c) como Tribunal Superior de Ética Profissional, firmar jurisprudência na observância deste Código e nos casos omissos.

Parágrafo Único: compete aos Conselhos Regionais, nas áreas de suas respectivas jurisdições, zelar pela observância dos princípios e diretrizes deste Código, e funcionar como órgão julgador de primeira instância.

TÍTULO II

DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES GERAIS DO ASSISTENTE SOCIAL

Art. 2º - Constituem direitos do assistente social:

- a) garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão, e dos princípios firmados neste Código;
- b) livre exercício das atividades inerentes à Profissão;
- c) participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais;
- d) inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional;
- e) desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional;
- f) aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código;
- g) pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população;
- h) ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções;

i) liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos.

Art. 3° - São deveres do assistente social:

- a) desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor;
- b) utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão;
- c) abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes;
- d) participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

Art. 4° - É vedado ao assistente social:

- a) transgredir qualquer preceito deste Código, bem como da Lei de Regulamentação da Profissão;
- b) praticar e ser conivente com condutas anti-éticas, crimes ou contravenções penais na prestação de serviços profissionais, com base nos princípios deste Código, mesmo que estes sejam praticados por outros profissionais;
- c) acatar determinação institucional que fira os princípios e diretrizes deste Código;
- d) compactuar com o exercício ilegal da Profissão, inclusive nos casos de estagiários que exerçam atribuições específicas, em substituição aos profissionais;
- e) permitir ou exercer a supervisão de aluno de Serviço Social em Instituições Públicas ou Privadas, que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao aluno estagiário;
- f) assumir responsabilidade por atividade para as quais não esteja capacitado pessoal e tecnicamente;
- g) substituir profissional que tenha sido exonerado por defender os princípios da ética profissional, enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência;
- h) pleitear para si ou para outrem emprego, cargo ou função que estejam sendo exercidos por colega;
- i) adulterar resultados e fazer declarações falaciosas sobre situações ou estudos de que tome conhecimento;
- j) assinar ou publicar em seu nome ou de outrem trabalhos de terceiros, mesmo que executados sob sua orientação.

TÍTULO III

DAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS

CAPÍTULO I - Das Relações com os Usuários

Art. 5° - São deveres do assistente social nas suas relações com os usuários:

- a) contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;
- b) garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e conseqüências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais resguardados os princípios deste Código;
- c) democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários;
- d) devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;
- e) informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audio-visual e pesquisas a elas referentes, e a forma de sistematização dos dados obtidos;
- f) fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional;
- g) contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados;
- h) esclarecer aos usuários, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional;

Art. 6º - É vedado ao assistente social:

- a) exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do usuário de participar e decidir livremente sobre seus interesses;
- b) aproveitar-se de situações decorrentes da relação assistente social - usuário, para obter vantagens pessoais ou para terceiros;
- c) bloquear o acesso dos usuários aos serviços oferecidos pelas instituições, através de atitudes que venham coagir e/ou desrespeitar aqueles que buscam o atendimento de seus direitos.

CAPÍTULO II - Das Relações com as Instituições Empregadoras e outras**Art. 7º - Constituem direitos do assistente social:**

- a) dispor de condições de trabalho condignas, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional;
- b) ter livre acesso à população usuária;
- c) ter acesso a informações institucionais que se relacionem aos programas e políticas sociais, e sejam necessárias ao pleno exercício das atribuições profissionais;
- d) integrar comissões interdisciplinares de ética nos locais de trabalho do profissional, tanto no que se refere à avaliação da conduta profissional, como em relação às decisões quanto às políticas institucionais.

Art. 8º - São deveres do assistente social:

- a) programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente;
- b) denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes desse Código, mobilizando, inclusive, o Conselho Regional, caso se faça necessário;
- c) contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária;
- d) empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais;
- e) empregar com transparência as verbas sob a sua responsabilidade, de acordo com os interesses e necessidades coletivas dos usuários.

Art. 9º - É vedado ao assistente social:

- a) emprestar seu nome e registro profissional a firmas, organizações ou empresas para simulação do exercício efetivo do Serviço Social;
- b) usar ou permitir o tráfico de influência para obtenção de emprego, desrespeitando concurso ou processos seletivos;
- c) utilizar recursos institucionais (pessoal e/ou financeiro) para fins partidários, eleitorais e clientelistas.

CAPÍTULO III - Das Relações com Assistentes Sociais e outros Profissionais**Art. 10º - São deveres do assistente social:**

- a) ser solidário com outros profissionais, sem, todavia, eximir-se de denunciar atos que contrariem os postulados éticos contidos neste Código;
- b) repassar ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho;
- c) mobilizar sua autoridade funcional, ao ocupar uma chefia, para a liberação de carga horária de subordinado, para fim de estudos e pesquisas que visem ao aprimoramento profissional, bem como de representação ou delegação de entidade de organização da categoria e outras, dando igual oportunidade a todos;
- d) incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar;
- e) respeitar as normas e princípios éticos das outras profissões;
- f) ao realizar crítica pública a colega e outros profissionais, fazê-lo sempre de maneira objetiva, construtiva e comprovável, assumindo sua inteira responsabilidade.

Art. 11º - É vedado ao assistente social:

- a) intervir na prestação de serviços que estejam sendo efetuados por outro profissional, salvo a pedido desse profissional; em caso de urgência, seguido da imediata comunicação ao profissional; ou quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada;
- b) prevalecer-se de cargo de chefia para atos discriminatórios e de abuso de autoridade;
- c) ser conivente com falhas éticas de acordo com os princípios deste Código e com erros técnicos praticados por assistente social e qualquer outro profissional;
- d) prejudicar deliberadamente o trabalho e a reputação de outro profissional;

CAPÍTULO IV- Das Relações com Entidades da Categoria e demais Organizações da Sociedade Civil

Art. 12º - Constituem direitos do assistente social:

- a) participar em sociedades científicas e em entidades representativas e de organização da categoria que tenham por finalidade, respectivamente, a produção de conhecimento, a defesa e a fiscalização do exercício profissional;
- b) apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania.

Art. 13º - São deveres do assistente social:

- a) denunciar ao Conselho Regional as instituições públicas ou privadas, onde as condições de trabalho não sejam dignas ou possam prejudicar os usuários ou profissionais;
- b) denunciar, no exercício da profissão, às entidades de organização da categoria, às autoridades e aos órgãos competentes, casos de violação da Lei e dos Direitos Humanos, quanto a: corrupção, maus tratos, torturas, ausência de condições mínimas de sobrevivência, discriminação, preconceito, abuso de autoridade individual e institucional, qualquer forma de agressão ou falta de respeito à integridade física, social e mental do cidadão;
- c) respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras.

Art. 14º - É vedado ao assistente social valer-se de posição ocupada na direção de entidade da categoria para obter vantagens pessoais, diretamente ou através de terceiros.

CAPÍTULO V - Do Sigilo Profissional

Art. 15º - Constitui direito do assistente social manter o sigilo profissional.

Art. 16º - O sigilo protegerá o usuário em tudo aquilo de que o assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.

Parágrafo Único: Em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.

Art. 17º - É vedado ao assistente social revelar sigilo profissional.

Art. 18º - A quebra do sigilo só é admissível, quando se tratar de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.

Parágrafo Único - A revelação será feita dentro do estritamente necessário, quer em relação ao assunto revelado, quer ao grau e número de pessoas que dele devam tomar conhecimento.

CAPÍTULO VI - Das Relações do Assistente Social com a Justiça

Art. 19º - São deveres do assistente social:

- a) apresentar à Justiça, quando convocado na qualidade de perito ou testemunha, as conclusões do seu laudo ou depoimento, sem extrapolar o âmbito da competência profissional e violar os princípios éticos contidos neste Código.
- b) comparecer perante a autoridade competente, quando intimado a prestar depoimento, para

declarar que está obrigado a guardar sigilo profissional nos termos deste Código e da Legislação em vigor.

Art. 20° - É vedado ao assistente social:

- a) depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado;
- b) aceitar nomeação como perito e/ou atuar em perícia, quando a situação não se caracterizar como área de sua competência ou de sua atribuição profissional, ou quando infringir os dispositivos legais relacionados a impedimentos ou suspeição.

TÍTULO IV

DA OBSERVÂNCIA, PENALIDADES, APLICAÇÃO E CUMPRIMENTO DESTES CÓDIGOS

Art. 21° - São deveres do assistente social:

- a) cumprir e fazer cumprir este Código;
- b) denunciar ao Conselho Regional de Serviço Social, através de comunicação fundamentada, qualquer forma de exercício irregular da Profissão, infrações a princípios e diretrizes deste Código e da legislação profissional;
- c) informar, esclarecer e orientar os estudantes, na docência ou supervisão, quanto aos princípios e normas contidas neste Código.

Art. 22° - Constituem infrações disciplinares:

- a) exercer a Profissão quando impedido de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não inscritos ou impedidos;
- b) não cumprir, no prazo estabelecido, determinação emanada do órgão ou autoridade dos Conselhos, em matéria destes, depois de regularmente notificado;
- c) deixar de pagar, regularmente, as anuidades e contribuições devidas ao Conselho Regional de Serviço Social a que esteja obrigado;
- d) participar de instituição que, tendo por objeto o Serviço Social, não esteja inscrita no Conselho Regional;
- e) fazer ou apresentar, declaração, documento falso ou adulterado, perante o Conselho Regional ou Federal.

Das Penalidades

Art. 23° - As infrações a este Código acarretarão penalidades, desde a multa à cassação do exercício profissional, na forma dos dispositivos legais e/ou regimentais.

Art. 24° - As penalidades aplicáveis são as seguintes:

- a) multa;
- b) advertência reservada;
- c) advertência pública;
- d) suspensão do exercício profissional;
- e) cassação do registro profissional.

Parágrafo Único - Serão eliminados dos quadros dos CRAS, aqueles que fizerem falsa prova dos requisitos exigidos nos Conselhos.

Art. 25° - A pena de suspensão acarreta ao assistente social a interdição do exercício profissional em todo o território nacional, pelo prazo de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias.

Parágrafo Único - A suspensão por falta de pagamento de anuidades e taxas só cessará com a satisfação do débito, podendo ser cassada a inscrição profissional, após decorridos três anos da suspensão.

Art. 26° - Serão considerados, na aplicação das penas, os antecedentes profissionais do infrator e as circunstâncias em que ocorreu a infração.

Art. 27° - Salvo nos casos de gravidade manifesta, que exigem aplicação de penalidades mais rigorosas, a imposição das penas obedecerá à gradação estabelecida pelo artigo 24.

Art. 28º - Para efeito da fixação da pena, serão consideradas especialmente graves as violações que digam respeito às seguintes disposições:

Art. 3 - alínea c

Art. 4 - alíneas a, b, c, g, i, j

Art. 5 - alíneas b, f

Art. 6 - alíneas a, b, c

Art. 8 - alíneas b, e

Art. 9 - alíneas a, b, c

Art. 11 - alíneas b, c, d

Art. 13 - alíneas b

Art. 14

Art. 16

Art. 17

Parágrafo Único do Art. 18

Art. 19 - alínea b

Art. 20 - alíneas a, b

Parágrafo Único - As demais violações não previstas no caput, uma vez consideradas graves, autorizarão aplicação de penalidades mais severas, em conformidade com o Art. 26.

Art. 29º - A advertência reservada, ressalvada a hipótese prevista no Art. 32, será confidencial; sendo que a advertência pública, a suspensão e a cassação do exercício profissional serão efetivadas através de publicação em Diário Oficial e em outro órgão da imprensa, e afixados na sede do Conselho Regional onde estiver inserido o denunciado e na Delegacia Seccional do CRESS da jurisdição de seu domicílio.

Art. 30º - Cumpre ao Conselho Regional a execução das decisões proferidas nos processos disciplinares.

Art. 31º - Da imposição de qualquer penalidade, caberá recurso com efeito suspensivo ao CFESS.

Art. 32º - A punibilidade do assistente social, por falta sujeita a processo ético e disciplinar, prescreve em 05 (cinco) anos, contados da data da verificação do fato respectivo.

Art. 33º - Na execução da pena de advertência reservada, não sendo encontrado o penalizado ou se este, após duas convocações, não comparecer no prazo fixado para receber a penalidade, será ela tomada pública.

Parágrafo Primeiro: A pena de multa, ainda que o penalizado compareça para tomar conhecimento da decisão, será publicada nos termos do Art. 29, deste Código, se não for devidamente quitada no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da cobrança judicial.

Parágrafo Segundo: Em caso de cassação do exercício profissional, além dos editais e das comunicações feitas às autoridades competentes interessadas no assunto, proceder-se-á a apreensão da Carteira e Cédula de Identidade Profissional do infrator.

Art. 34º - A pena de multa variará entre o mínimo correspondente ao valor de uma anuidade e o máximo do seu décuplo.

Art. 35º - As dúvidas na observância deste Código e os casos omissos serão resolvidos pelos Conselhos Regionais de Serviço Social ad referendum do Conselho Federal de Serviço Social, a quem cabe firmar jurisprudência.

Art. 36º - O presente Código entrará em vigor na data de sua publicação o Diário Oficial da União, revogando-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de março de 1993.

MARLISE VINAGRE SILVA
Presidente do CFESS

ANEXO B**LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO 8.662/93**



Legislação

LEI Nº 8.662/9

Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É livre o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional, observadas as condições estabelecidas nesta Lei.

Art. 2º - Somente poderão exercer a profissão de Assistente Social:

I - Os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente;

II - os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniado ou não com o governo brasileiro, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil;

III - os agentes sociais, qualquer que seja sua denominação com funções nos vários órgãos públicos, segundo o disposto no art. 14 e seu parágrafo único da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953.

Parágrafo único - O exercício da profissão de Assistente Social requer prévio registro nos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado nos termos desta Lei.

Art. 3º - A designação profissional de Assistente Social é privativa dos habilitados na forma da legislação vigente.

Art. 4º - Constituem competência do Assistente Social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

IV - (VETADO);

V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Art. 5º - Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

III - assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de

Serviço Social,

- V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;
- VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
- VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;
- VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;
- IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social.
- X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;
- XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;
- XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;
- XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

Art. 6º - São alteradas as denominações do atual Conselho Federal de Assistentes Sociais - CFAS e dos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais - CRAS, para, respectivamente, Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS.

Art. 7º - O Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e os Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS constituem, em seu conjunto, uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa, com o objetivo básico de disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional.

§ 1º - OS Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS são dotados de autonomia administrativa e financeira, sem prejuízo de sua vinculação ao Conselho Federal, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º - Cabe ao Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e aos Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS, representar, em juízo e fora dele, os interesses gerais e individuais dos Assistentes Sociais, no cumprimento desta Lei.

Art. 8º - Compete ao Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, na qualidade de órgão normativo de grau superior, o exercício das seguintes atribuições:

- I - orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com o CRESS;
- II - assessorar os CRESS sempre que se fizer necessário;
- III - aprovar os Regimentos Internos dos CRESS no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS;
- IV - aprovar o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais juntamente com os CRESS, no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS;
- V - funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional;
- VI - julgar, em última instância, os recursos contra as sanções impostas pelos CRESS;
- VII - estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados;
- VIII - prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de Serviço Social;
- IX - (VETADO).

Art. 9º - O fórum máximo de deliberação da profissão para os fins desta Lei dar-se-á nas reuniões conjuntas dos Conselhos Federal e Regionais, que inclusive fixarão os limites de sua competência e sua forma de convocação.

Art. 10º - Compete aos CRESS, em suas respectivas áreas de jurisdição, na qualidade de órgão executivo e de primeira instância, o exercício das seguintes atribuições:

- I - organizar e manter o registro profissional dos Assistentes Sociais e o cadastro das instituições e obras sociais públicas e privadas, ou de fins filantrópicos;
- II - fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de Assistente Social na respectiva região;
- III - expedir carteiras profissionais de Assistentes Sociais, fixando a respectiva taxa;
- IV - zelar pela observância do Código de Ética Profissional, funcionando como Tribunais Regionais de Ética Profissional;
- V - aplicar as sanções previstas no Código de Ética Profissional;

VII - elaborar o respectivo Regimento Interno e submetê-lo a exame e aprovação do fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS.

Art. 11º - O Conselho Federal de Serviço Social - CFESS terá sede e foro no Distrito Federal.

Art. 12º - Em cada capital de Estado, de Território e no Distrito Federal, haverá um Conselho Regional de Serviço Social - CRESS denominado segundo a sua jurisdição, a qual alcançará, respectivamente, a do Estado, a do Território e a do Distrito Federal.

§ 1º - Nos Estados ou Territórios em que os profissionais que neles atuam não tenham possibilidade de instalar um Conselho Regional, deverá ser constituída uma delegacia subordinada ao Conselho Regional que oferecer melhores condições de comunicação, fiscalização e orientação, ouvido o órgão regional e com homologação do Conselho Federal.

§ 2º - Os Conselhos Regionais poderão constituir, dentro de sua própria área de jurisdição, delegacias seccionais para desempenho de suas atribuições executivas e de primeira instância nas regiões em que forem instalados, desde que a arrecadação proveniente dos profissionais, nelas atuantes seja suficiente para sua própria manutenção.

Art. 13º - A inscrição nos Conselhos Regionais sujeita os Assistentes Sociais ao pagamento das atribuições compulsórias (anuidades), taxas e demais emolumentos que forem estabelecidos em regulamentação baixada pelo Conselho Federal, em deliberação conjunta com os Conselhos Regionais.

Art. 14º - Cabe às Unidades de Ensino credenciar e comunicar aos Conselhos Regionais de sua jurisdição os campos de estágio de seus alunos e designar os Assistentes Sociais responsáveis por sua supervisão.

Parágrafo único - Somente os estudantes de Serviço Social, sob supervisão direta de Assistente Social em pleno gozo de seus direitos profissionais, poderão realizar estágio de Serviço Social.

Art. 15º - É vedado o uso da expressão "Serviço Social" por quaisquer pessoas de direito público ou privado que não desenvolvam atividades previstas nos arts. 4º e 5º desta Lei.

Parágrafo único - As pessoas de direito público ou privado que se encontrem na situação mencionada neste artigo terão o prazo de noventa dias, a contar da data da vigência desta Lei, para processarem as modificações que se fizerem necessárias a seu integral cumprimento, sob pena das medidas judiciais cabíveis.

Art. 16º - Os CRESS aplicarão as seguintes penalidades aos infratores dos dispositivos desta Lei:

I - multa no valor de uma a cinco vezes a anuidade vigente;

II - suspensão de um a dois anos de exercício da profissão ao Assistente Social que, no âmbito de sua atuação, deixar de cumprir disposições do Código de Ética, tendo em vista a gravidade da falta;

III - cancelamento definitivo do registro, nos casos de extrema gravidade ou de reincidência contumaz.

§ 1º - Provada a participação ativa ou convivência de empresas, entidades, instituições ou firmas individuais nas infrações a dispositivos desta Lei pelos profissionais delas dependentes, serão estas também passíveis das multas aqui estabelecidas, na proporção de sua responsabilidade, sob pena das medidas judiciais cabíveis.

§ 2º - No caso de reincidência na mesma infração no prazo de dois anos, a multa cabível será elevada ao dobro.

Art. 17º - A Carteira de Identificação Profissional expedida pelos Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS, servirá de prova para fins de exercício profissional e de Carteira de Identidade Pessoal, e terá fé pública em todo o território nacional.

Art. 18º - As organizações que se registrarem nos CRESS receberão um certificado que as habilitará a atuar na área de Serviço Social.

Art. 19º - O Conselho Federal de Serviço Social - CFESS será mantido:

I - por contribuições, taxas e emolumentos arrecadados pelos CRESS, em percentual a ser definido pelo fórum máximo instituído pelo art. 9º desta Lei;

II - por doações e legados;

Art. 20º - O Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e os Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS contarão cada um com nove membros efetivos: Presidente, Vice-Presidente, dois Secretários, dois Tesoureiros e três membros do Conselho Fiscal, e nove suplentes, eleitos dentre os Assistentes Sociais, por via direta, para um mandato de três anos, de acordo com as normas estabelecidas em Código Eleitoral aprovado pelo fórum instituído pelo art. 9º desta Lei.

Parágrafo único - As delegacias seccionais contarão com três membros efetivos: um Delegado, um Secretário e um Tesoureiro, e três suplentes, eleitos dentre os Assistentes Sociais da área de sua jurisdição, nas condições previstas neste artigo.

Art. 21º - (VETADO).

Art. 22º - O Conselho Federal e os Conselhos Regionais terão legitimidade para agir contra qualquer pessoa que infringir as disposições que digam respeito às prerrogativas, à dignidade e ao prestígio da profissão de Assistente Social.

Art. 23º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24º - Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957.

Brasília, 7 de junho de 1993, 172º da Independência e 105º da
República.

ITAMAR FRANCO
Walter Barelli

Publicada no Diário Oficial da União de 08 de junho de 1993.

ANEXO C

**ENDEREÇOS DE ESCOLAS DE PÓS-GRADUAÇÃO,
DOUTORADO E MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

UNIVERSIDADES DE SERVIÇO SOCIAL DO BRASIL: Graduação, Mestrado e Doutorado

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ Centro Sócio Econômico Curso de Serviço Social/Campus Univ. do Guamá Rua Augusto Corrêa nº 01, Guamá Belém – PA CEP 66.075-110	UNIVERSIDADE DE ENSINO SUPERIOR DO PARÁ UNAMA Curso de Serviço Social Av. Alcindo Cacela , 287- Umarizal Belém – PA CEP 66.060-000
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ Departamento de Serviço Social Campos Iningá –Bairro de Iningá Teresina – PI CEP 64048110	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ Faculdade de Serviço Social do Ceará Campus Itaperi, Av. Paranjana, 1700 Fortaleza – CE CEP 60.740-000
UNIVERSIDADE CATOLICA DE PERNAMBUCO Curso de Serviço Social Rua do Príncipe,526 Campus Universitário Boa Vista Recife – PE CEP 50050410	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA Curso de Serviço Social Rua 8 de dezembro S/N Campina Grande – PB CEP 58.104-530
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ Departamento de Serviço Social Campus Iningá – Bairro Iningá Teresina – PI CEP 64.048-110	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO Departamento de Serviço Social Av. Fernando Corrêa da Costa , s/n BL A CCS Caxipó da Ponta Cuiabá – MT CEP 78.068-450
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOÍAS Departamento de Serviço Social – Av. das nações Praça Universitária- Setor Universitário Nº 1440 Goiânia – GO CEP 74.001-970	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO Coordenação do Prog – Grad . em Serviço Social Departamento de Serviço Social Rua Marques São Vicente , 225- Gávea Rio de Janeiro – RJ CEP 22.451-041
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO Coordenação de Prog. De Pós-Grad .em Serviço Social Escola de Serviço Social Av Pasteur , 250 – Botafogo Rio de Janeiro RJ CEP 22.290-240	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO Escola de Serviço Social Av Pasteur ,250 Bota Fogo Rio de Janeiro – RJ CEP 22.290.240
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO PUC-SP FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL Rua Monte Alegre, 984 –Perdizes São Paulo – SP CEP 05014-001	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA Faculdade de Serviço Social Campus Universitário Martelos Juiz de Fora – MG CEP 36.100-000
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO Departamento de Serviço Social Campus Universitário – Goiabeira CEP 29.060-900	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Faculdade de Serviço Social Rua São Francisco Xavier , 524 BL D, 8º andar sala 8020 Rio de Janeiro – RJ
UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO – UNISA Curso de Serviço Social Rua Isabel Schmidh, 349 Santo Amaro São Paulo-SP CEP 04743-030	FACULDADE PAULISTA DE SERVIÇO SOCIAL São Caetano do Sul Av. Paraíso,600 Vila Gerti – São Caetano do Sul – SP CEP 09570-200

LICEU CORAÇÃO DE JESUS Departamento de Serviço Social Rua Dom Bosco ,100 Americana SP CEP 13.465-000	INSTITUIÇÃO TOLEDO DE ENSINO-ITE Faculdade de Serviço Social de Bauro Praça 9 de Julho , 151 Vila Pacífico SP CEP 17.050-790
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS APLICADAS – ISCA Departamento de Serviço Social Rod Limeira / Piracicaba Km 4 Limeira SP CEP 13482-383 CX POSTAL 98	FACULDADES INTEGRADAS MARIA IMACULADA Centro de Ciências Sociais e Humanas de Piracicaba – Curso de Serviço Social Av Independência , 3000 Bairro da Independência – Piracicaba – SP CEP 13.416-203
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL Presidente Prudente Faculdade de Serviço Social Praça Raul Furquim nº 9 Cx Postal 591 CEP 19.030-430	UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO UNAERP Curso de Serviço Social Av Costábile Romano , 2201- Ribeirânia Ribeirão Preto – SP CEP 14095-080
FACULDADE PAULISTA DE SERVIÇO SOCIAL Rua Lopes Chaves , 273 – Barra Funda São Paulo – SP CEP 01154-010	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA Coordenação do Curso de Serviço Social Campus Bl 5 Cidade Universitária João Pessoa – PB CEP 58059-900
UNISANTOS Faculdade de Serviço Social Av. Cons. Nébias , 595 – 3º Andar Santos – SP CEP 11-045.003	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Depart . de Serviço Social – Centro Econômico Social Campus Universitário Trindade – Florianópolis- SC CEP 83.040-900
UNIVERSIDADE DO CONTESTADO UNC Curso de Serviço Social – Campus Univ. de Caçador Rua Itororó , 800 Cx Postal 232 Caçador – SC CEP 89.5000-000	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO SUL DE SANTA CATARINA – UNISUL Curso de Serviço Social Av. José Acácio Moreira ,787 Tubarão – SC CEP 88704-000
FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE – FUNDESTE Departamento de Serviço Social Cx postal 7747 Km 7 Estrada Geral Chapecó SC CEP 89.801-970	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAL Curso de Serviço Social Rua Antônio Veiga, 140 Blumenal - SC CEP 89.012-500
UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA Departamento de Serviço Social Rua Senador Atilio Fontana ,591 BL E Cx Postal 747 Chapecó – SC CEP 89.809-000	UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL Curso de Serviço Social Rua Miguel Tostes ,101 Vila São Luís Cx Postal 124 Canoas – RS CEP 92.420-280
UNIVESIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL Faculdade de Serviço Social Av Ipiranga ,6681 Campus Universitário Cx Postal 1429 Porto Alegre – RS CEP 91.530-000	CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO – UNISAL Departamento de Serviço Social Rua Dom Bosco , 100 Americana – SP CEP 13.466-440 CX POSTAL 1011
ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE BOTUCATU – UNIFAC Av Leonardo Vilas Boas , 351 Vila Nova Botucatu São Paulo SP CEP 18.608-901	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – ICLH Departamento de Serviço Social Campus Univ. Estrada do Contorno ,3000 Manaus – AM CEP 69.077-000

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO Departamento de Serviço Social Av. Prof. Moraes Rego, 1235 Cidade Universitária Recife-PE CEP 50.670-470	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS Dep. De Serviço Social Campus A.C Simões – Cidade Universitária – Tabuleiro dos Martins Maceió
UNIVERSIDADE REGIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE Faculdade de Serviço Social- Campus Universitário BR 110 – KM 48 CX; Postal 70 Mossoró – RN CEP 59.600-970	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA- Coordenação do Programa de Pós-Grad, em Serviço Social – Departamento de Serviço Social – Campus I – João Pessoa – PB CEP 58.051-970
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – Departamento de Serviço Social – Campus Univ. Jardim Rosa Elza. São Cristóvão- Aracajú – SE CEP 49.100-000	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA Coord. Do Prog. De Pós –grad. Em Serviço Social – Campus Univer. Darcy Ribeiro Asa Norte Brasília – DF CEP 70.710-900
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SALVADOR Escola de Serviço Social Praça 2 de julho 07 – Campo Grande Salvador – BA CEP 40.080121	UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO Curso de Serviço Social Av . Mato Grosso , 421 – Centro Cx Postal 801 Campo Grande – MT CEP 79.002-230
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO Departamento de Serviço Social Rua Marques São Vicente ,225- Gávea Rio de Janeiro – RJ CEP 22.451-041	FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL VEIGA DE ALMEIDA Rua Ibituruna, 108 BL B S/ 46 Rio de Janeiro – RJ CEP 20.271-020
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL VEIGA DE ALMEIDA Rua Ibituruna , 108 BL B S/ 46 Rio de Janeiro – RJ CEP 20.271-020	UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE UNIVALE Rua Moreira Sales , 850 – Vila Bretas Governador Valadares - MG CEP 35.030-390
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS Depart. De Serviço Social- Av dom José Gaspar, 500 – Coração Eucarístico – Belo Horizonte - MG CEP 30.535-610	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINEBSE Escola de Serviço Social - Campus Univ. de Gragotá - Bl E, 5º andar Niterói - RJ CEP 24.210.350
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO Coord. Do Progra. De Pós-Grad. Em Serviço Social – Faculdade de Serviço Social Rua Monte Alegre, 984 – Perdizes – São Paulo – SP CEP 05.014-001	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO- UNICID- Curso de Serviço Social Rua Cesário Galeno, 432/448 Tatuapé São Paulo - SP CEP 03071-000
UNIVERSIDADE DE SÃO FRANCISCO – USF – Faculdade de Serviço Social R. Hannemann, 352 – Pari – São Paulo – SP CEP 03031-040	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP- Faculdade de História, Direito e Serviço Social Rua Major Claudino, 1488 – Centro – Franca - SP CEP 14.400-690 Cx postal 211
UNIVERSIDADE VALE PARAIBANA DE ENSINO SÃO JOSÉ DOS CAMPOS Departamento de Serviço Social – Praça Prof. Cândido Dias Castejon, 116 CX. Postas 82 e 131 - São José dos Campos – SP CEP 12.245-720	CENTRO UNIVERSITÁRIO – FMU Av. Liberdade, 645/660 – Liberdade São Paulo –SP CEP 01.503-001
PONTIFÍCIA UNIV. CATÓLICA DE CAMPINAS Faculdade de Serviço Social – Campus Universitário - Rod. Dom Pedro I, Km 112 Cx. Posta 317 – Campinas – SP CEP 13.097-670	FUNDAÇÃO PAULISTA DE TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO- Faculdade de Serviço Social Av. Nicolau Zarvos, 1925 – Jd. Aeroporto

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ - UNITAU - Dep. De Serviço Social Rua Trindade, 500 - Centro - Taubaté - SP CEP 12030-180	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA- Curso de Serviço Social, Praça Santos Andrade, s/n - Ponta Grossa - PR CEP 84.100-000
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DE CURITIBA Dep. De Serviço Social, Rua Tobias de Macedo Júnior, 333 - Santo Inácio Curitiba -PR CEP 82.010-340	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - Dep. De Serviço Social Centro de Estudos Sociais Aplicados Campus Univ. CX Postal 6001 Londrina - PR CEP 88.055-900
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS ARNALDO BUSATO FACITOL - UNIOESTE - Cursos de Serviço Social Rua de Faculdade, 2550 CX. Postal 520 - Toledo - PR CEP 85.903-000	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL - Coord. De Pós - Grad. Em Serviço Social - Faculdade de Serviço Social Av. Ipiranga, 6681 - Porto Alegre - RS CEP 90.610- 000
PONTIFÍCIA UNIV. CATÓLICA DO PARANÁ - Departamento de Serviço Social, Av Imaculada Conceição, 1115 - Prado Velho - Curitiba - PR CEP 80.215-901	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS Curso de Serviço Social - Av. Unisinos, 950 - Cristo Rei - São Leopoldo - RS CEP 93.022-000
UNIVERSIDADE CAXIAS DO SUL Curso de serviço Social - Campus unive. - Rua Francisco G. Vargas, 1130 Cx. Postal 1352 - Caxias do Sul - RS CEP 95.070-560	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS Curso de Serviço Social - Rua Gonçalves Chaves, 373 CEP 96.015-560
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - Depart. De Serviço Social - Campus Univers. - Natal - NR CEP 59.072-970	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - Curso de Serviço Social - Campus Univers. Batanga - São Luis - MA CEP 65.000-04
UNIVERSIDADE VALE PARAIBANA DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS Av. Shishima Hifumi, 2911 Urbanova - São José dos Campos- SP CEP 12244-000	

ANEXO D

ENDEREÇOS DE REVISTAS DE SERVIÇO SOCIAL



**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
REVISTA KATALYSIS - INTERCÂMBIO**

ENDEREÇOS DE REVISTAS DA ÁREA SOCIAL

1. SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTO SOCIAL

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Departamento de Serviço Social - Centro de Ciências Sociais da UFMA
Campus Universitário do Bacanga - Av. dos Portugueses s/n
São Luís - MA
Fone: (0xx98)2178422
Fax: (0xx98)2178455
E-mail: jblopes@hcg.com.br

2. LIBERTAS

EDITORA UFJF
Faculdade de Serviço Social - Campus Universitário da UFJF
Juiz de Fora - MG
CEP: 36036-330
Fone: (32) 3229-3561 / 3567
Fax: (32) 3229-3260
E-mail: dtss@ssocial.ufjf.br

3. CADERNOS DE SERVIÇO SOCIAL - EDUCAÇÃO

Núcleo de Políticas Sociais e Serviço Social - Atividade de Pesquisa
Faculdade de Serviço Social - PUC - Campinas
Rodovia Dom Pedro I, km 136 - Campus I
CEP: 13020-904 - Campinas - SP
Caixa Postal n. 317
Fone: (019) 754-7079
Fax: (019) 25208477

4. REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - UFSC
EDITORA DA UFSC
Universidade Federal de Santa Catarina
Campus Universitário - CFH
Caixa Postal 476
Bairro Trindade

Florianópolis/SC
 CEP: 88040-900
 E-mail: revista@abepss.org.br

5. TEMPORALIS

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E
 PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS

Diretoria Executiva Nacional
 Rua São Pedro, 24 sala 802

Niterói - RJ

CEP: 24020-050

Fone: (21) 2618-0241

6. REVISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS (V.6, n. 1 /2002)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas Mestr e Dout

Coordenação: Maria Ozanira da Silva Silva

ENDEREÇO: Unidade de Pós-Graduação

Centro de Ciências Sociais

Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas

Av. dos Portugueses, S/N - Campus do Bacanga

São Luis - MA

Cep: 65 085-580

7. EMANCIPAÇÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Coordenação: Profa Lucia Helena Barros do Valle

ENDEREÇO: Departamento de Serviço Social

Praça Santos Andrade, s/n

Ponta Grossa - PR

CEP: 84010-790

Fone: (42) 220-3387/ 224-3299

Fax: (42) 220-3380

8. INTERACÇÕES

Coordenação: Carlos Fortuna

Secretariado: Centro de Investigação e Formação - Dulce Simões

ENDEREÇO: Instituto Superior Miguel Torga

Rua Oliveira Matos, 17

Coimbra - Portugal

CEP 3 000-305

Fone (039) 824557

Fax: (039) 832521

E-MAIL: carl@maui.tec.pae.pt

9. REVISTA INSCRITA, CADERNOS ÉTICA E AGENDA DO ASSISTENTE SOCIAL

SCS - Quadra 2 - Bloco C - Ed. Serra Dourada - salas 312/17
 Brasília - DF
 Fone: (61) 223-1652
 Fax: (61) 223-2420
 E-mail: cress@cress.com.br
<http://www.cress.org.br>
Cress@persocom.com.br

10. LECTA

Universidade São Francisco
 Biblioteca Central - Setor de Aquisição
 Av. São Francisco de Assis, 218
 Jd. São José
 Bragança Paulista - SP
 CEP: 12916-900
 e-mail: aquisicao@saofrancisco.edu.br

11. CADERNO ABESS

Editora da Universidade da Amazônia - UNAMA
 Av. Alcindo Cacela, 287
 Belém - Pará
 CEP: 66060-902
 Fone: (91) 210-3000
 Fax: (91) 225-3909
 e-mail: sesocial@unama.br

12. CADERNO DE PESQUISA DA UFMA

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
 Departamento de Serviço Social - Centro de Ciências Sociais -UFMA
 Campus Universitário do Bacanga - Av. dos Portugueses s/n
 São Luís/Maranhão
 Fone: (0xx98)2178422
 Fax: (0xx98)2178455
 E-mail: jblopes@hcg.com.br

13. CADERNOS DE TEXTOS - CRESS/12ª Região

Rua dos Ilhéus, 38 - 10º andar - Ed. Aplub - sala 1005
 Florianópolis - SC
 CEP: 88090-200
 Fone: (48) 224-6135

14. CADERNOS DE TEXTO DE SERVIÇO SOCIAL/UNAMA

Universidade da Amazônia
 Curso de Serviço Social
 Av. Alcindo Cacela, 287 - Umarizal
 CEP: 66060-000
 Site: www.unama.br

15. DYNAMIS

Universidade Regional de Blumenau - FURB - Campus I
Editora Edifurb
Rua Antônio da Veiga, 140
Blumenau - SC
CEP: 89012-900
F/F: (047) 321-0329
Fone: (047) 321-0330

16. EM PAUTA

Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Editora - EDUERJ
Rua São Francisco Xavier, 524, Maracanã
Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20550-900
Fone: 2587-7788 / 2587-7789
E-mail: empauta@uerj.br

17. PRAIA VERMELHA - ESTUDOS DE POLÍTICA E TEORIA SOCIAL

Pós-Graduação em Serviço Social
Escola de Serviço Social da UFRJ
Endereço: Av. Pasteur, 250 - Campus da Praia Vermelha - sala 05 - ESS
Bairro: Urca
Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22290-240
Tel.: (021) 295-1695 ramal 305
Fax: (021) 295-1695 ramal 290

18. REVISTA DO SERVIÇO SOCIAL - UNIV. AMAZONAS

Universidade da Amazônia
Curso de Serviço Social
Av. Alcindo Cacela, 287 - Umarizal
CEP: 66060-000
Site: www.unama.br

19. REVISTA INSCRITA

Rua Tupis, 485, sala 502, Centro
Belo Horizonte - MG
Fone: (031) 3226-2083
Fax: (031) 3224-1140

20. REVISTA PARTICIPAÇÃO

Universidade de Brasília
Secretária de Empreendimentos da Universidade de Brasília
Centro Empresarial Varig, SCN 4, Bloco B, sala 1302
Brasília - DF

Tel.: (61) 328-8122 Fax: (61) 328-9234
E-mail: revista@unb.br

21. REVISTA SER SOCIAL

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Serviço Social
Campus Universitário Darcy Ribeiro
ICC - Centro - Sobreloja - SL B1 432 - Asa Norte
CEP: 70910-900
Brasília - DF
Fone: (61) 307-2290/2770/2771/2772
Fax: (61) 273-7536
E-mail: ser@unb.br

22. SOCIEDADE E ESTADO

Departamento de Sociologia - Universidade de Brasília
Campus Universitário Asa Norte
Brasília - DF
CEP: 70910-900

23. REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE

Serviço Social do Hospital de Clínicas da Universidade Estadual de
Campinas/UNICAMP
Caixa Postal: 6142
Campinas - SP
CEP: 13083-970
Fone/fax: (19) 37887250
E-mail: stersocial@hc.unicamp.br

24. SERVIÇO SOCIAL E REALIDADE (UNESP/FRANCA)

Universidade do Estado de São Paulo
Rua: Major Claudiano, 1488, Centro
Caixa Postal 211
Franca - SP
CEP: 14400-690
Fone: (016) 3711-1800

25. SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE

Editora Cortez
Assessoria Editorial da Área de Serviço Social
Rua Bartira, 317
São Paulo - SP
CEP: 05009-000

26. SOCIEDADE EM DEBATE

Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas

Editora da Univ. Cat. De Pelotas - EDUCAT
 Rua Félix da Cunha, 412
 Pelotas - RS
 CEP: 96010-000
 Fone: (053) 284-8215/ 284-8258
 Fax: (053) 225-3105

27. INICIAÇÃO

Universidade do Contestado - UnC
 Campus Canoinhas
 Biblioteca Modesto Zaniolo
 Setor de Intercâmbio e Permuta
 Rua Roberto Elhke, 85, Centro
 Canoinhas - SC
 Caixa Postal 01
 CEP: 89460-000
 Telefone: (047) 6229915 Fax: (047) 6223574
 Site: www.cni.unc.br
 E-mail: tenate@cni.unc.br

28. FASES

Biblioteca da Faculdade de Serviço Social - UNISANTOS
 CGC: 58.191.008/0005-96
 Av. Conselheiros Nébias, 595
 Bairro: Boqueirão
 Santos - SP
 CEP: 11045-901
 Tel.: (13) 32055555 ramal 802 ou 821

29. CADERNO CEDES

Caixa Postal 60222 - Unicamp
 Campinas - SP
 CEP: 13084-971
 Tel/Fax: (19) 3289-1598
 E-mail: cadernos@cedes.unicamp.br

30. CRÍTICA MARXISTA

Prof. Armando Boito Jr. e Prof. Caio Navarro de Toledo Cemarx - Cidade
 Universitária Zeferino Vaz - Distrito de Barão Geraldo
 Caixa Postal 6110
 Campinas - SP
 CEP: 13083-970
 Tel.: (019) 3788-1639
 E-mail: cmarx@unicamp.br

31. LUA NOVA - Revista de Cultura e Política

CEDEC - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea

Rua Airoso Galvão, 64, Água Branca
São Paulo - SP
Cep: 05002-070
Fone: (11) 3871-
Fax: 3871-2123
e-mail: cedec@cedec.org.br

32. CEDEC

CEDEC - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
Rua Airoso Galvão, 64, Água Branca
São Paulo - SP
Cep: 05002-070
Fone: (11) 3871
Fax: 3871-2123
E-mail: cedec@cedec.org.br

33. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, sala 116
São Paulo - SP
CEP: 05508-900
Tel.: (11) 818-4664
Fax: (11) 818-5043
E-mail: anpocs@anpocs.org.br

34. REVISTADE ANTROPOLOGIA

Departamento de Antropologia FFLCH/USP
São Paulo - SP
Caixa Postal 2530
CEP: 05508-900
Tel.: (11) 3091-3726
Fax: (11) 3091-3163
E-mail: revant@edu.usp.br

35. DADOS REVISTAS DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
Rua da Matriz, 82
Rio Janeiro - RJ
CEP: 22260-100
Tel.: (21) 2537-8020
Fax: (21) 2286-7146

36. REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA

Universidade Federal do Paraná
Departamento de Ciências Sociais
Rua General Carneiro, 460, sala 904
Curitiba - PR
CEP: 80060-150

Tel.: (41) 360-5093

Fax: (41) 360-5093

E-mail: contato@resistenciasocial.org.br

37. COMUNICAÇÃO & POLÍTICA

Rua Hermenegildo de Barros, 29. Glória

Rio de Janeiro - RJ

CEP: 22241-040

Tels: (021) 233-2637 / 233-2966

Fax: (021) 252-3710

E-mail: cebela@cehela.org.br

38. Educação & Sociedade

CEDES

Caixa Postal 6022 - Unicamp

Campinas - SP

CEP: 13084-971

Tel/Fax: (19) 3289-1598

E-mail: revista@cedes.unicamp.br

39. Revista de Estudos Feministas

UFSC - Campus Universitário Trindade

Florianópolis - SC

CEP: 88040-970

Tel.: (48) 331-8211

Fax: (48) 331-9751

E-mail: ref@ceh.ufsc.br

40. Scientia Agrícola

Av. Pádua Dias, 11

Caixa Postal 9

Piracicaba - SP

CEP: 13418-900

Tel: (19) 3429-4401/ 3429-4486

Fax: (19) 3429-4401

E-mail: scientia@cesalq.usp.br

41. Revista Expressão

Av. Rio Branco, 380 / 6º andar

Florianópolis - SC

CEP: 88015-200

Fone: (48) 222-9000

Fax: (48) 222-7506

42. Revista Transinformação

PUC/CAMPINAS - FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA - FABI

Rua Marechal Deodoro, 1099, Centro

Campinas - SP
CEP: (19) 3735-5943

43. Revista da FCM - FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS - UNICAMP

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Distrito de Barão Geraldo
Caixa Postal 6111
A/C Silvia Mota
Tel.: (19) 37888851

44. Revista FAPESP

Rua Pio XI, n.º 1500, Alto da Lapa
São Paulo - SP
CEP: 05468-901
Tel: (011) 3838-4000
Fax: (011) 3838-4181
E-mail: redacao@fapesp.br
Site: www.revistapesquisa.fapesp.br

45. Estudos Históricos - Fundação Getúlio Vargas

Editora FGV
Praia de Botafogo, 190 / 4º andar
Rio de Janeiro - RJ
Cep: 22253-900
Tel: (21) 2559-5543/5544
Fax: (21) 2559-5532

46. Revista Sociologia

Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UFRGS
Av. Bento Gonçalves 9500 - IFCH - Sala 103
Porto Alegre - RS
CEP: 91509-900
Tel.: (51) 316-6635
Fax: (51) 316-6646
E-mail: ppgsoc@vortex.ufrgs.br

47. Revista Horizontes Antropológicos

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Rio Grande do Sul - Campus do Vale
Av. Bento Gonçalves 9500 - Prédio 43311, Bloco AL, Sala 104
Porto Alegre - RS
CEP: 91509-900
Fone/Fax: (51) 3316-6638

E-mail: revista@fcm.investigação.com.br

48. Revista Humanas - IFCH

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Campus do Vale
Av. Bento Gonçalves, 9500, Bairro Agronomia
Porto Alegre - RS
CEP: 91509-900
Fone: (51) 316-6648
Fax: (51) 319-1400

49. Revista PUCRS Informação

Av. Ipiranga 6681, prédio 1, 5º andar
Porto Alegre - RS
CEP: 90619-900

50. Caderno Desenvolvimento e Meio Ambiente

Universidade Federal do Paraná
Editora UFPR
Centro Politécnico - Jardim das Américas
Caixa Postal 19029
Curitiba - PR
CEP: 81531-990
Fone: (41) 361-3380 / 361-3381
Fax: (41) 267-5973

51. Revista de Economia

Ciências Sociais Aplicadas - UFPR
Editora UFPR
Centro Politécnico - Jardim das Américas
Caixa Postal 19029
Curitiba - PR
CEP: 81531-990
Fone: (41) 361-3380 / 361-3381
Fax: (41) 267-5973

52. Revista EDUCAR

Sector de Educação da UFPR
Rua General Carneiro, 460, sala 201
Curitiba - PR
CEP: 80060-150
Fone: (41) 360-5206
E-mail: educar@educacao.ufpr.br

53. Revista Letras

Sector de Ciências Humanas, Letras e Arte da UFPR
Profa. Anamaria Filizola

Rua General Carneiro, 460 - 11º andar
Curitiba - PR
CEP: 80060-150
E-mail: revista@comunicacao.ufpr.br

54. Revista de Ciências Humanas

Setor de Ciências Humanas, Letras e Arte da UFPR
Rua General Carneiro, 460
Curitiba - PR
CEP: 80060-150
E-mail: revschla@ciencias-humanas.ufpr.br

55. Revista Filosofia Unisinos

Editora Unisinos
Av. Unisinos, 950
São Leopoldo - RS
CEP: 93022-000
Fone: (51) 590-8239
Fax: (51) 590-8238
E-mail: editora@unisinos.br
E-mail: rohden@poa.unisinos.br

56. Revista Verso&Reverso

Ciências da Comunicação - UNISINOS
Av. Unisinos, 950
São Leopoldo - RS
CEP: 93022-000
Fone: (51) 590-8239
Fax: (51) 590-8238
E-mail: editora@unisinos.br

57. Revista Estudos Jurídicos

Av. Unisinos, 950
São Leopoldo - RS
CEP: 93022-000
Fone: (51) 590-8239
Fax: (51) 590-8238
e-mail: editora@unisinos.br
e-mail: hammes@juris.unisinos.br

58. Revista Scientia

Av. Unisinos, 950
São Leopoldo - RS
CEP: 93022-000
Fone: (51) 590-8239
Fax: (51) 590-8238
E-mail: editora@unisinos.br

E-mail: carla@zeval.com.br

59. Revista Perspectiva Econômica

Av. Unisinos, 950
São Leopoldo - RS
CEP: 93022-000
Fone: (51) 590-8239
Fax: (51) 590-8238
E-mail: editora@unisinos.br

60. Revista de Filosofia Política

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - IFCH
Departamento de Filosofia
Caixa Postal 15.055
Porto Alegre - RS
CEP: 91501-970
E-mail: ppfilo@ifch.ufrgs.br

61. Revista Direito & Justiça (semestral)

Faculdade de Direito - PUC/RS
Editora Universitária da PUC/RS - EDIPUCRS
Av. Ipiranga, 6681, Prédio 33
Caixa Postal 1429
Porto Alegre - RS
CEP: 90619-900
Fone/Fax: (051) 320-3523
e-mail: edipucrs@pucrs.br

62. Revista Famecos (quadrimestral)

Faculdade de Comunicação Social - PUC/RS
Editora Universitária da PUC/RS - EDIPUCRS
Av. Ipiranga, 6681, Prédio 33
Caixa Postal 1429
Porto Alegre - RS
CEP: 90619-900
Fone/Fax: (051) 320-3523
E-mail: edipucrs@pucrs.br

63. Revista Psico (semestral)

Faculdade de Psicologia - PUC/RS
Editora Universitária da PUC/RS - EDIPUCRS
Av. Ipiranga, 6681, Prédio 33
Caixa Postal 1429
Porto Alegre - RS
CEP: 90619-900
Fone/Fax: (051) 320-3523
E-mail: edipucrs@pucrs.br

64. Revista Educação

Curso de Pós-Graduação em Educação (quadrimestral) - PUC/RS
 Editora Universitária da PUC/RS - EDIPUCRS
 Av. Ipiranga, 6681, Prédio 33
 Caixa Postal 1429
 Porto Alegre - RS
 CEP: 90619-900
 Fone/Fax: (051) 320-3523
 E-mail: edipucrs@pucrs.br

65. Revista Veritas (trimestral)

Revista de Estudos de Filosofia - PUC/RS
 Editora Universitária da PUC/RS - EDIPUCRS
 Av. Ipiranga, 6681, Prédio 33
 Caixa Postal 1429
 Porto Alegre - RS
 CEP: 90619-900
 Fone/Fax: (051) 320-3523
 e-mail: edipucrs@pucrs.br

66. Revista Teocomunicação (trimestral)

Estudos de Teologia - PUC/RS
 Editora Universitária da PUC/RS - EDIPUCRS
 Av. Ipiranga, 6681, Prédio 33
 Caixa Postal 1429
 Porto Alegre - RS
 CEP: 90619-900
 Fone/Fax: (051) 320-3523
 E-mail: edipucrs@pucrs.br

67. Revista Estudos Ibero-Americanos (semestral)

Curso de Pós-Graduação em História - PUC/RS
 Editora Universitária da PUC/RS - EDIPUCRS
 Av. Ipiranga, 6681, Prédio 33
 Caixa Postal 1429
 Porto Alegre - RS
 CEP: 90619-900
 Fone/Fax: (051) 320-3523
 e-mail: edipucrs@pucrs.br

68. Revista Organização & Sociedade

Universidade Federal da Bahia
 Escola de Administração - Biblioteca
 Av. Reitor Miguel Calmon, s/n, 3º andar - Vale do Canela
 Salvador - BA
 CEP: 41110-100

Fone: (071) 237-4544

Fax: (071) 336-3402

69. Revista Semiosfera

Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ

Av. Pasteur, 250 fundos

Urca - RJ

CEP: 22290-240

Tel/Fax: 3873-5079

E-mail: poseco@eco.ufrj.br

70. Revista Lâmina

Revista On-line do Programa da Escola de Pós-Graduação em Comunicação da UFPE

Centro de Artes e Comunicação

Av. Prof. Moraes Rego, s/n, Cidade Universitária

Recife - PE

CEP: 50670-901

Fone: (81) 3271-8960

Fax: (81) 3271-8305

E-mail: lamina@ufpe.br

Site: <http://www.esocialufpe.com.br>

71. Revista Pistache

Revista On-line da Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco

Endereço: www.geocities.com/pistache-online

E-mail: decom@apd.ufpe.br

72. Revista Informação & Sociedade - ESTUDOS

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Centro de Ciências Sociais Aplicadas

Curso de Mestrado em Ciências da Informação (CMCI)

Campus Universitário

João Pessoa - PB

CEP: 58059-900

73. Revista Científica da UFBA - ONLINE

FACOM - Faculdade de Comunicação

Rua: Basílio da Gama, s/n, Campus universitario do Canela

Fone: (071) 336-6319

Fax: (071) 336-6800

E-mail: webmaster@ufba.br

74. Revista OPS

Universidade Federal da Bahia

Faculdade de Ciências Econômicas - FCE

Programa de Extensão e Pesquisa sobre Agribusiness e Políticas Agrícolas
 Rua Piedade, n.º 6, 5º andar, sala 515, Centro
 Salvador - BA
 CEP: 40070-010
 Fone: (071) 322-1070 ramal 218
 Fax: (071) 241-2380
 E-mail: ops@ufba.br

75. Revista Interfaces

Universidade Federal da Bahia
 Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
 Departamento de Psicologia
 Endereço: Estrada de São Lázaro, 197 - Federação
 Fone: 235-4589
 E-mail: interfaces@ufba.br

76. Revista de Educação Pública

Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso
 Centro de Tecnologias e Documentação Educacionais - CETEDU
 Instituto de Educação - UFMT
 Av. Fernando Corrêa da Costa, s/n,
 Cuiabá - MT
 CEP: 78060-900
 Fax: (065) 615-8440
 E-mail: revedu@ufmt.br

77. Revista Tesseract – Online

Site: www.tesseract.psc.br
 E-mail: editora@tesseract.psc.br

78. Revista Par'a'iwa

Universidade Federal da Paraíba
 Pós-Graduação em Sociologia
 Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte
 Campus I – Bloco V – Cidade Universitária - Castelo Branco
 João Pessoa – PB
 CEP: 58051-970
 Fone/Fax: (083) 216-7204
 E-mail: ppgs@ccf.ufpb.br

79. Revista Política e Trabalho

Universidade Federal da Paraíba
 Programa de Pós-Graduação em Sociologia
 Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte
 Campus I – Bloco V – Cidade Universitária - Castelo Branco
 João Pessoa – PB
 CEP: 58051-970

Fone/Fax: (083) 216-7204
E-mail: ppgs@cehla.ufpb.br

80. Revista Raízes

Universidade Federal da Paraíba
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte
Campus I – Bloco V – Cidade Universitária - Castelo Branco
João Pessoa - PB
CEP: 58051-970
Fone/Fax: (083) 216-7204
E-mail: ppgs@cehla.ufpb.br

81. Revista Saúde em debate

CEBES - Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
Você pode adquirir as publicações do CEBES na Livraria da ABRASCO - Rua
Leopoldo Bulhões, 1480 - Térreo.
Tel./Fax(21)2590-2073 / 2598-2526
E-mail: cebes@ensp.fiocruz.br
abrLivro@ensp.fiocruz.br
Site: <http://www.abrasco.org.br>

82. Revista Tempo Social

Departamento de Sociologia - FFLCH - USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315
Cidade Universitária
São Paulo - SP
CEP: 05508-900

83. Revista Katalysis

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Centro Sócio-Econômico
Departamento de Serviço Social
Campus Universitário - Trindade
Florianópolis - SC
CEP: 88010-970
Tel : (48) 331-9540
Fax (48) 331-9990
E-mail: kataly@gesoc.ufsc.br
Sites: www.portalsocial.ufsc.br
www.gesoc.ufsc.br

84.